

Revista do Café



Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro

Ano 96 - Junho 2017 - Nº 861



7º coffee dinner summit

Edição Especial

7^o coffee dinner summit

O CECAFÉ agradece a todos os participantes, empresas, exportadores, indústrias, patrocinadores e palestrantes que abrilhantaram e tornaram a 7ª edição do Coffee Dinner & Summit um sucesso. Nos vemos em 2019!

Patrocinador Ouro



Bradesco

Realização

Cecafe

Conselho dos Exportadores
de Café do Brasil



Apoio



Patrocinadores Pratas





7º Coffee Dinner & Coffee S do café na economia nacio

Sob o tema “Brasil: o seu parceiro no agronegócio mundial de café”, o CECAFÉ Conselho dos Exportadores de Café, repetindo a sua parceria com o Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração - INCI, organização social ligada à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, realizou

na Sala São Paulo da histórica Estação Júlio Prestes mais uma edição do tradicional evento internacional do café. Reunindo lideranças e representantes de toda a cadeia produtiva, mais uma vez foram homenageadas as empresas que mais se destacaram nos diversos segmentos do negócio café e as personalida-

des que contribuíram para o desenvolvimento deste setor.

O Presidente do Conselho Deliberativo do CECAFÉ, Nelson Carvalhaes, anfitrião da noite, saudou a presença de cerca de 650 participantes, nacionais e do exterior, destacando o comparecimento do Secretário de Agricultura de São Paulo, De-



coffee dinner summit

“Brasil: o seu parceiro no agronegócio mundial de café!”

Summit reafirma a importância nacional e o seu bom momento

putado Arnaldo Jardim, representando o Governador Geraldo Alckmin, dos Secretários de Agricultura do Espírito Santo, Octaciano Neto, de Rondônia, Evandro Padovani, Deputados Federais Silas Brasileiro, Carlos Melles, Evair Vieira de Melo e Beto Mansur, além de várias autoridades, dirigentes cafeeiros e associados. Agradeceu também

o apoio fundamental do Banco Bradesco, cujo patrocínio e parceria permitem mais uma vez a realização deste Coffee Dinner & Coffee Summit, e dos demais patrocinadores, Klabin, Pinhalense, da 3 Corações e da Cooxupé.

No seu discurso de abertura, Nelson Carvalhaes, presidente do Conselho Delibera-

tivo, assinalou que “estamos na fase mais moderna e organizada do setor. Toda a cadeia está entrelaçada e atuando com extrema qualidade, desde a área de pesquisa, produção, o comércio, a exportação, a indústria e o consumo, que consideramos o elo principal da cadeia. Temos uma logística ágil e muito bem estruturada,



capaz de fluir qualquer volume de produção, interligando as áreas cafeeiras aos armazéns, cooperativas e portos, transportando os grãos de acordo com a demanda do mercado comprador, em sacarias, *big-bags* e até mesmo em micro ou nanolotes, em embalagens com atmosfera modificada”.

Enfatizando os avanços que vem sendo alcançados nas áreas da melhoria da qualidade e das certificações das origens, Carvalhaes destaca que “produzidos em regiões com características geográficas e climáticas distintas, os cafés do Brasil formam um diversificado leque de aromas e sabores diferenciados, que podem ser saboreados por consumi-

dores do mundo todo em marcas que trabalham com origem do produto, ou compondo *blends*. O café do Brasil está presente também no cardápio de inúmeras cafeterias, dada a sua altíssima qualidade, hoje mundialmente reconhecida. O Brasil é líder absoluto quando o assunto é exportação, detendo 1/3 do mercado mundial. O café brasileiro conquistou importantes países consumidores e hoje é comercializado em países de todos os continentes. A cafeicultura brasileira é uma das mais desenvolvidas tecnologicamente e também do ponto de vista de sustentabilidade no mundo, o que faz com que o setor, no País, tenha ferramentas para superar os desafios que possam aparecer”.

“Isso só foi possível porque, ao longo dos anos, o setor cafeeiro brasileiro investiu em pesquisa e desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias produtivas, bem como na capacitação de produtores nas boas práticas agrícolas. Um exemplo dessa evolução é que a produtividade de café no País é uma das que mais cresceu no mundo. Em 1960, o Brasil possuía uma área 4,9 milhões de hectares e uma produtivi-

dade média de 6,08 sacas/ha, totalizando 29,8 milhões de sacas. Hoje, a produtividade aumentou, a área utilizada é de apenas 2,2 milhões de hectares, mas são 25,6 sacas por hectare, resultando no incremento de 66,4% da produção nacional de café”.

“É importante também ressaltar a evolução do café enquanto produto chegando no estágio atual da sustentabilidade, o que mostra sua força e representatividade para o agronegócio. Além disso, é preciso sempre enfatizar a posição de liderança absoluta do Brasil no agronegócio mundial café, o que reflete a eficiência do País e nos permite vislumbrar um cenário no longo prazo bastante favorável”.

“A Sustentabilidade, por sinal, se tornou um dos pilares mais relevantes dentro do Cecafé, por meio de uma série de ações e programas focados na promoção mundial da sustentabilidade do café brasileiro. Estamos cada vez mais inteirados e acompanhando as discussões globais sobre sustentabilidade e efeitos climáticos, o que foi extremamente positivo, pois permitiu que o Cecafé redimensionasse seus desafios e, conseqüentemente, as necessidades da agricultura. O Cecafé tem atuado para fortalecer as ações nas regiões cafeeiras, com importantes resultados que direcionam a cafeicultura brasileira a um futuro cada vez mais sustentável”.

“Não poderia deixar de mencionar também as ações de Responsabilidade Social. Entre os nossos destaques, temos o Programa Produtor Informado. Ele foi criado pelo Cecafé, em 2006, com o objetivo de promover a inclusão digital para o meio rural. O resultado do ano passado foi um

O Cecafé tem atuado para fortalecer as ações nas regiões cafeeiras, com importantes resultados que direcionam a cafeicultura brasileira a um futuro cada vez mais sustentável

sucesso, quando o programa se expandiu significativamente e, em 2016, iniciamos uma parceria com a Plataforma Global do Café que, além da inclusão digital, o programa passou a disseminar a sustentabilidade na cafeicultura. Além das aulas, foram promovidos diversos Dias de Campo com o objetivo de mostrar, na prática, esforços na busca pela produção de café cada vez mais sustentável, com o aumento da produtividade e ampliação da aplicação de pesquisa, tecnologia e melhorias no campo”.

“Isso sem contar as inúmeras parcerias que o Cecafé firmou nos últimos anos. E, neste momento, gostaria de mencionar parceiros que estão presentes aqui e que contribuirão – e tenho certeza – que continuarão a contribuir com o desenvolvimento do setor de agronegócio do café. Temos aqui como exemplo o IAC – Instituto Agrônomo de Campinas, e a Embrapa”.

“São vocês, parceiros do Cecafé, que fazem com que o setor de comércio exportador do café se empenhe cada dia mais na busca pelo desenvolvimento social, ambiental e econômico justo, por meio da disseminação do conhecimento, garantindo ainda mais a competitividade, qualidade, sustentabilidade e liderança absoluta do Brasil no comércio mundial de café. Temos tido resultados positivos, vindos de uma base sólida de trabalho. Cito aqui como exemplo os dados de 2016, um ano que apresentou muita instabilidade por conta do cenário econômico e político. No entanto, no ano passado, a exportação do café seguiu para 129 países, acondicionados em mais de 95 mil containers, e ocupou a 5ª posição no ranking do agronegócio brasileiro. Além disso, destacamos também que a re-



Presidente do CECAFÉ, Nelson Carvalhaes

ceita média dos últimos três anos alcançou US\$ 6,1 bilhões e o volume exportado em torno de 35,9 milhões de sacas, correspondendo com uma participação no comércio mundial entre 30 e 32%”.

“A expectativa do Cecafé é alcançar a marca de 4 milhões de sacas/mês nos próxi-

mos anos. Hoje, já contamos com capacidade para fazer isso. E o mais relevante, mantendo o padrão que todos da cadeia já estão acostumados. Trabalhamos para essa atingir essa meta localmente e também fora do País e que o consumidor final sinta satisfação quando estiver bebendo sua xícara de café”.



Da esquerda para a direita, Flavia Barbosa, Nelson Carvalhaes, Humberto Pereira, diretor da revista Globo Rural e a equipe de criação da campanha, Andrea Pansani, Thiago Ciaciari e José Petrosk.

Destaque : Empresa Amiga do Café

No segmento ‘empresa amiga do café’, a homenageada foi a Rede Globo em reconhecimento à campanha “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é

Tudo”, que apresenta uma série de propagandas valorizando a importância do agronegócio para os brasileiros, em especial do setor cafeeiro.

Destaque : Jornalístico

Lançada há 17 anos, mais exatamente no dia 2 de maio de 2000, o Valor Econômico tornou-se, em pouco tempo, o maior veículo de informação

econômica, política, financeira e de negócios do país.

Ao longo de sua história, esse jornal construiu uma mar-

A campanha institucional teve início em julho de 2016 e é de longa duração, cobrindo as principais cadeias produtivas. O objetivo é mostrar que o agro é a indústria da riqueza nacional e que está presente em tudo na vida das pessoas, no alimento, no combustível, nas roupas, na construção, etc.

É sem dúvida uma bela campanha que dá orgulho a todos os que trabalham nas diversas cadeias produtivas e aos próprios cidadãos brasileiros, principalmente os dos grandes centros urbanos, que estão descobrindo que agro hoje é ciência, tecnologia e emprego. Agro é futuro!

A Conselheira e Vice-Presidente do CECAFÉ, Flavia Barbosa, entregou o troféu para Roberto Schimdt, que estava acompanhado da equipe de criação da campanha.

ca forte ao entregar conteúdo relevante e de credibilidade para um público formador de opinião, promovendo o necessário debate de ideias que contribui para o desenvolvimento do país.

No segmento Veículo de Comunicação, O Cecafo homenageou a publicação em reconhecimento ao trabalho jornalístico dedicado, sobretudo, ao agronegócio café, contribuindo de forma positiva para o desenvolvimento do setor.

O Conselheiro Carlos Alberto Paulino da Costa premiou Rosângela Bittar, editora chefe da publicação, com o Troféu “Empreendedores do Café” conferido ao Jornal Valor Econômico.



Da esquerda para a direita, Marcos Matos, Nelson Carvalhaes, Carlos Alberto Paulino da Costa, a diretora do Valor Econômico, Vera Brandimarte, e a editora, Alda do Amaral Rocha.

Destaque : Exportador

Pela 6ª vez consecutiva, a Cooxupé - Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé, foi indicada como Destaque Exportador pela sua liderança e por seu expressivo desempenho em 2016, quando embarcou 3 milhões e 900 mil sacas para países como Alemanha, Argentina, Bélgica, Estados Unidos, Itália, Japão e Suécia, entre outros.

Referência na cafeicultura brasileira, a Cooxupé está também comemorando em 2017 os seus 60 anos de atividades voltadas para o café e, também, 85 anos de cooperativismo regional. Representando 14,48% da produção nacional e 20,64% de Minas Gerais (considerando dados de 2016), a Cooxupé é hoje reconhecida mundialmen-



Da esquerda para a direita, Marcos Matos, Carlos Augusto Rodrigues, Carlos Alberto Paulino da Costa, Jorge Esteve Jorge e Nelson Carvalhaes.

te como uma empresa de credibilidade na comercialização de café de qualidade tipo arábica.

O Conselheiro do CECAFÉ Jorge Esteve Jorge entregou

o Prêmio Empreendedores do Café para o presidente e vice-presidente da Cooxupé, Carlos Alberto Paulino da Costa e Carlos Augusto Rodrigues de Melo.

Destaque : Torrado & Moído

Em reconhecimento à sua liderança no segmento de torrefação e moagem de café no Brasil, e pelo seu desenvolvimento criativo e inovador, o Cecafé homenageou com o Troféu “Empreendedores do Café” o Grupo 3 Corações.

Criada em 1959 por João Alves de Lima, na cidade de São Miguel, no Rio Grande do Norte, a empresa desponta no cenário nacional por seu empreendedorismo e investimentos inovadores. Um bom exemplo foi a sua união, em 2013, com a indústria de máquinas italiana Caffitaly, que lhe permitiu criar a Solução Três, um sistema de multibebidas que marcou seu ingresso no segmento de monodoses, com astronômico sucesso.

Até 2010, a empresa era conhecida como Café Santa Clara e tinha atuação praticamente absoluta nas regiões Norte e

Nordeste. Em 2005 e em 2006, entretanto, com a joint-venture com a israelense Strauss e com a incorporação da marca mineira 3 Corações ao portfólio, respectivamente, veio a mudança do nome para 3 Corações e a maior expansão para o Sul do país.

A empresa é, desde 1984, comandada pelos filhos do Sr. João Alves de Lima: Pedro, Paulo e Vicente. Um trio de empresários que vem imprimindo uma nova dinâmica à indústria, com novos e arrojados negócios.

O Conselheiro Rafael Martins, da ECTP, entregou a premiação ao presidente da 3 Corações, Pedro Alcântara Rêgo de Lima.



Da esquerda para a direita, Marcos Matos, Rafael Martins, Pedro Alcântara Rêgo de Lima e Nelson Carvalhaes.



Da esquerda para a direita, Marcos Matos, Sérgio Hazan, Pedro Guimarães Fernandes e Nelson Carvalhaes.

Destaque : Solúvel

A empresa símbolo no segmento do solúvel, Companhia Cacique de Café Solúvel, foi homenageada com o prêmio “Empreendedores do Café” pela sua liderança na exportação do

produto e pelo expressivo desenvolvimento no decorrer de 2016.

A história de sucesso da Companhia Cacique de Café

Destaque : Investimentos no Brasil e Exportação de T&M

Em reconhecimento aos investimentos e aquisições efetuados no mercado interno brasileiro e pela sua posição de liderança na exportação de café torrado e moído do Brasil, o CeCafé homenageia com

o Troféu “Empreendedores do Café” a empresa Jacobs Douwe Egberts no Brasil (JDE).

Empresa líder mundial totalmente dedicada ao mercado de café, com sede na Holan-

Solúvel surgiu da visão empreendedora de seu fundador, Horácio Sabino Coimbra, compartilhada por seus sucessores e dirigentes. Fundada em 1959, em Londrina, Paraná, a Unidade de Café Solúvel tem capacidade para processar óleo de café, extrato de café e de café solúvel em pó, aglomerado e liofilizado.

O investimento em novas tecnologias e em inovação; a expertise em adequar o sabor e aroma do café ao padrão de qualidade dos mercados mais exigentes, e a busca pelo desenvolvimento sustentável, permitem atender as demandas de mercados sofisticados, conquistando e mantendo clientes nos cinco continentes.

Pedro Guimarães Fernandes, diretor da Companhia Cacique de Café Solúvel recebeu o prêmio “Empreendedores do Café” das mãos do Conselheiro do CECAFÉ, Sérgio Hazan.

da, possui mais de 260 anos de experiência. A JDE está presente com suas marcas em mais de 100 países ocupando a 1ª ou 2ª posição em 27 países pela Europa, América Latina e Austrália.

Para a JDE Brasil, promover a democracia do café em nosso país significa oferecer a todos os consumidores brasileiros o café que o agrada, sobretudo respeitando os gostos e as preferências de marcas que permeiam cada região de nosso país. Esta a razão de seu amplo portfólio de produtos no Brasil, que inclui marcas como Pilão, Damasco, Café do Ponto, L’OR, Caboclo, Seleteo e Moka.

Lara Brans, presidente da JDE no Brasil, recebeu das mãos do Conselheiro M. Sathyamurthy, Olam América do Sul, o Troféu “Empreendedores do Café”.



Da esquerda para a direita, Marcos Matos, Lara Brans, Sathyamurthy e Nelson Carvalhaes.

Destaque : Produção

Francisco Sérgio de Assis é presidente da Federação dos Cafeicultores do Cerrado e se destaca como uma das mais importantes lideranças da cafeicultura na região do cerrado mineiro.

Nascido no município paranaense de Paranaíba, Francisco é engenheiro agrônomo e mudou-se para o Cerrado mineiro na década de 1980, em função das geadas e do nematoide nas plantações do Paraná. Casou e tornou-se parceiro de seu sogro e, juntos, compraram uma propriedade em Monte Carmelo, a Fazenda Terra Rica. Investiu em tecnologias e se tornou o precursor no processo de produção “Zero-Crop Colheita”. Hoje, a Fazenda Terra Rica soma às suas premiações também os certi-



Da esquerda para a direita, Marcos Matos, Francisco Sérgio de Assis, Wilson Carvalho e Nelson Carvalhaes.

ficados 4-C, Certifica Minas, Nespresso, Rainforest Alliance, Starbucks e Utz Kapeh.

Em reconhecimento ao seu exemplar trabalho à frente da

‘Fazenda Terra Rica’ e na busca constante pela melhoria da qualidade e padrões de sustentabilidade, o CECAFÉ homenageou o empresário e produtor Francisco Sérgio de Assis.

O Conselheiro Wilson Carvalho, da Mitsui Alimentos, entregou o troféu a Francisco Sérgio de Assis.

Homenagem : João Antonio Lian e Guilherme Braga Abreu Pires Filho

O CecaFé - Conselho dos Exportadores de Café do Brasil, originou-se da fusão de duas entidades representativas do setor exportador: Associação Brasileira dos Exportadores de Café (ABECAFE) e Federação Brasileira dos Exportadores de Café (FEBEC). A entidade foi formalmente criada em 21 de julho de 1999.

Desde aquela data, até maio de 2016, o Conselho Deliberativo da entidade teve como presidente João Antônio Lian, que foi homenageado com o Troféu “Empreendedores do Café” pela sua atuação ativa para a consolidação desta instituição junto à iniciativa privada, órgãos nacionais e internacionais e demais entidades irmãs.

Em 2002, e também até maio de 2016, ingressou no CecaFé Guilherme Braga Abreu Pires Filho. Ele assumiu a diretoria

executiva, realizando inúmeros projetos e ações que contribuíram para o fortalecimento da entidade e para o desenvolvimento do comércio exportador de café do Brasil e em reconhecimento a esses serviços prestados também

foi homenageado com o Troféu “Empreendedores do Café”.

Günter Häusler, da Stockler Comercial Exportadora Ltda, e Batista Mancini, da Unicafé Cia Comércio Exterior, entregaram,

respectivamente, os troféus a Humberto Florezi Filho, sobrinho de João Antônio Lian, que infelizmente não pode comparecer a cerimônia, e a Guilherme Braga Abreu Pires Filho.



Da esquerda para a direita, Günter Häusler, Humberto Florezi Filho, Marcos Matos, Batista Mancini, Guilherme Braga Abreu Pires Filho e Nelson Carvalhaes.



Da esquerda para a direita, Marcos Matos, Jorge Luiz Nicchio, Marcelo Suzart de Almeida, Deputado Federal Evair de Melo, Secretário de Agricultura do Espírito Santo, Octaciano Neto e Nelson Carvalhaes.

Destaque : Pesquisa

Em reconhecimento a intensa atuação em pesquisas para a renovação e revigoramento das lavouras de café conilon no Espírito Santo, bem como à dedicação em assistência

técnica e extensão rural, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – Incaper foi homenageado com o troféu “Empreendedores do Café”.

Destaque : Inovação

A EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, uma empresa que há 44 anos contribui decisivamente para a construção de uma agropecuária competitiva, proporcionando ao Brasil a

posição de celeiro do mundo, gerando soluções em pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade do agronegócio café, merece o reconhecimento com o prêmio “Empreendedores do Café”.

O Incaper é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – Seag. Criado em 2000, o Incaper herdou toda a história, trajetória, experiência e credibilidade conquistadas por diversas outras instituições capixabas que atuaram no âmbito da pesquisa e extensão rural no Estado, ao longo dos últimos 60 anos. Uma história que teve início em 1956, quando foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo.

O Conselheiro Jorge Luiz Nicchio, do Centro do Comércio de Café de Vitória, acompanhado do Deputado Evair de Melo e o Secretário de Agricultura do Espírito Santo, Octaciano Neto, entregou a Marcelo Suzart de Almeida, presidente do Incaper, o Troféu “Empreendedores do Café”.

Criada em abril de 1973, a Embrapa surgiu como resposta a uma urgente necessidade de agilizar o processo de geração de novas tecnologias. Na década de 1960, houve intensa mobilização no Ministério da Agricultura para tentar ajustar a estrutura de pesquisa existente às reais necessidades do Brasil, que almejava a autossuficiência na produção agrícola, com geração de excedentes exportáveis. A conclusão foi a necessidade de se mudar o modelo existente, excessivamente burocrático e pouco ágil. Assim surgiu a Embrapa, uma empresa de inovação tecnológica focada na geração de conhecimento e tecnologia para a agropecuária brasileira.

O Conselheiro Archimedes Coli Neto, do Centro do Comércio do Café de Minas Gerais, entregou o Troféu “Empreendedores do Café” ao diretor executivo da Embrapa, Ladislau Martin Neto.



Da esquerda para a direita, Marcos Matos, Archimedes Coli Neto, Ladislau Martin Neto e Nelson Carvalhaes.

Destaque : Instituição

Como instituição de destaque no cenário nacional, o Cecafé premiou o Instituto Agromômico (IAC), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, em reconhecimento ao extenso trabalho realizado em pesquisa com café que contribuiu para o avanço da cafeicultura brasileira, oferecendo base tecnológica para que o País se tornasse o maior produtor de café do mundo.

Afinal, são 130 anos de atividades que estão sendo comemorados este ano. Criado em 27 de junho de 1887 pelo Imperador do Brasil Dom Pedro II, o IAC iniciou seus trabalhos justamente para assistir tecnicamente o desenvolvimento da cafeicultura nacional. Atualmente, 90% do café utilizado no Brasil e no mundo são ou provêm das cultivares do IAC, e se caracterizam



Da esquerda para a direita, Marcos Matos, Nelson Carvalhaes, Sérgio Morais Augusto Carbonell e o Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Arnaldo Jardim.

pela elevada produção, ampla adaptação a diferentes regiões produtoras, resistência a pragas e doenças e, sobretudo, pela excelente qualidade de bebida.

O Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento

de São Paulo, Arnaldo Jardim, e o diretor geral do IAC, Sérgio Morais Augusto Carbonell, receberam o Troféu “Empreendedores do Café” do presidente Nelson Carvalhaes e do diretor geral do Cecafé Marcos Antônio Matos.

DA COLHEITA À EXPORTAÇÃO



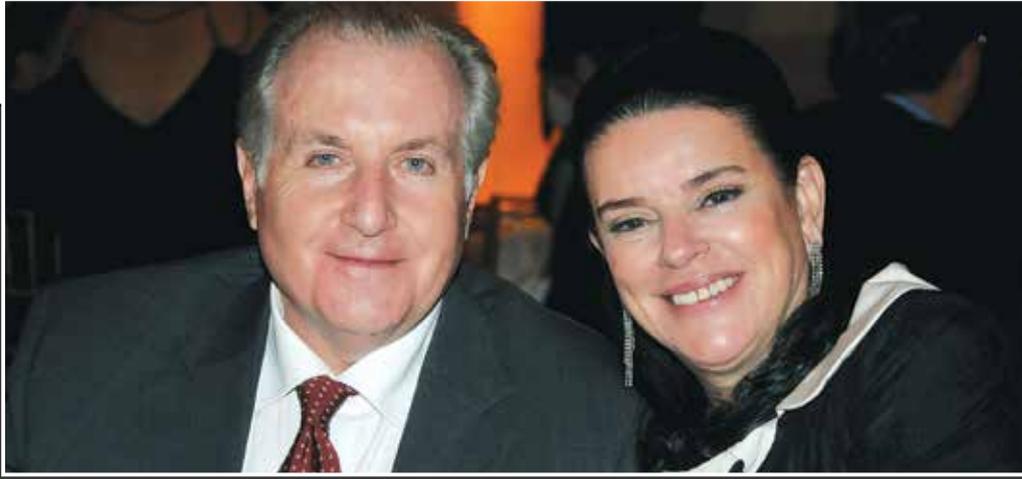
LÍDER MUNDIAL EM FORNECIMENTO DE GRANDES PROJETOS

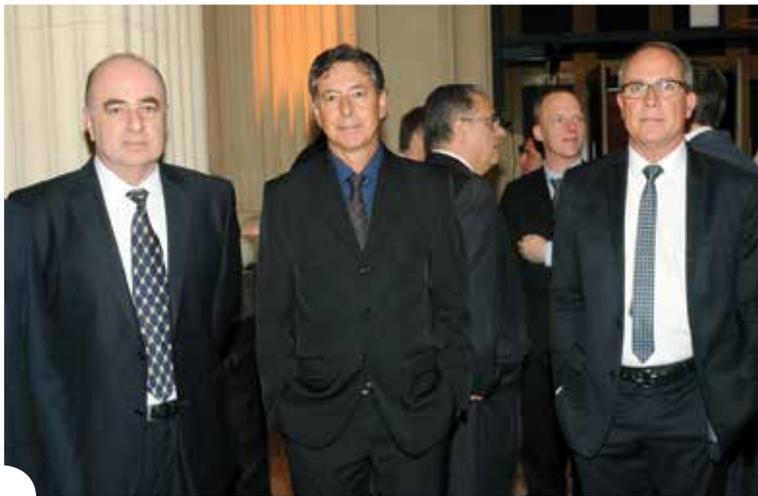


UMA EMPRESA GLOBAL
COM PRESENÇA EM MAIS DE 100 PAÍSES

 **PINHALENSE**

www.pinhalense.com.br

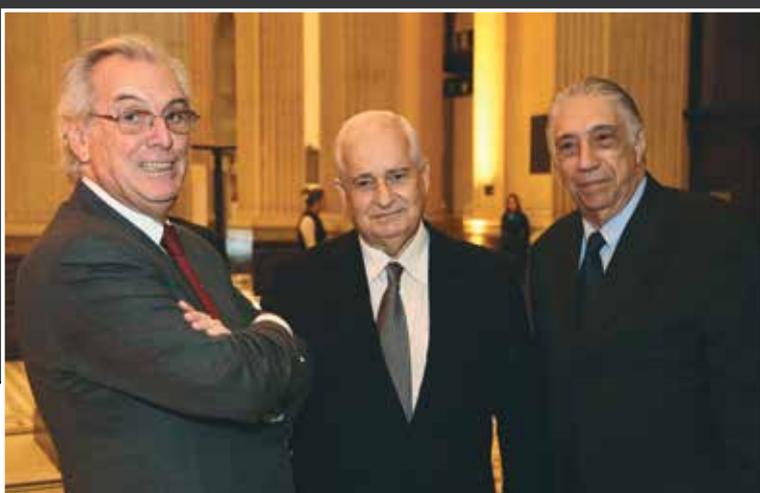
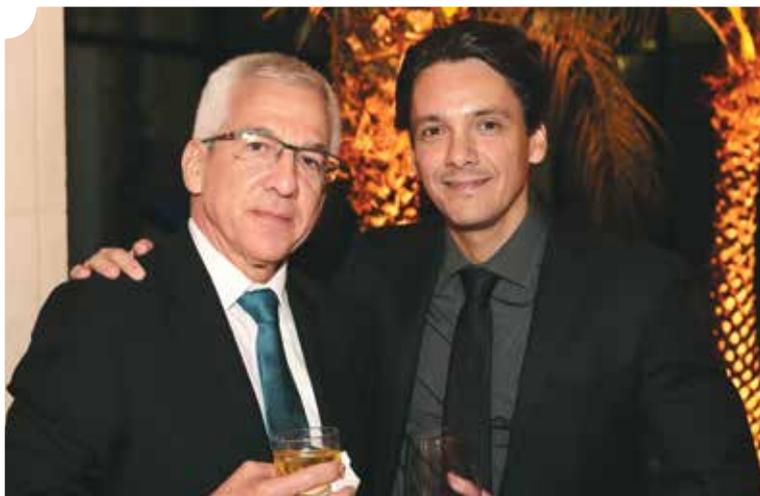












coffee summit

2017

“Brasil: o seu parceiro no agronegócio mundial de café!”



Ao início dos trabalhos do Fórum, o Presidente do Conselho Deliberativo, Nelson Carvalhaes, acompanhado de José Sette, Diretor Executivo da OIC, e de Antonio Chinellato Neto, Diretor Corporate do Banco Bradesco, patrocinador do evento, ressaltou e agradeceu a presença do brasileiro José Sette, novo diretor-executivo da OIC – Organização Internacional do Café, eleito em março por aclamação. Sette sucede a seu compatriota Robério Silva, prematuramente falecido em dezembro passado, aos 53 anos. Este é o primeiro evento no Brasil a contar com

a presença de José Sette, que tomou posse dia 2 de maio. Como diretor-executivo, ele pretende dar continuidade aos trabalhos e ampliar as ações da organização, tornando-a mais dinâmica, inovadora e, principalmente, inclusiva”.

Carvalhaes externou a sua expectativa de que ao longo dos três painéis que se seguirão, com a presença de renomados especialistas nas diversas áreas, serão discutidas questões da maior importância abordando as tendências da economia brasileira e, de forma abrangente, os desafios do abas-

tecimento global e os novos fluxos do consumo mundial.

Relembrando, o evento deste ano tem como tema “Brasil: o seu parceiro no agronegócio mundial de café”, destacou “que representa muito bem o momento atual que o café vive no País. Estamos na fase mais avançada e organizada do setor. Somos referência mundial da produção de café. Toda a cadeia está entrelaçada e atuando com extrema qualidade; desde a área de pesquisa, produção, o comércio, a exportação, a indústria e o consumo, que consideramos o objetivo principal da cadeia”.



“Um assunto que eu não poderia deixar de falar aqui é a Sustentabilidade. E todas as vezes que me for permitido, eu baterei nessa tecla. Não podemos ignorar a Sustentabilidade. Para o Cecafé, ela se tornou um dos pilares mais relevantes, em que, por meio de uma série de ações e projetos, focaremos na promoção mundial da sustentabilidade do café brasileiro. Estamos cada vez mais inteirados e acompanhando as discussões globais sobre sustentabilidade e efeitos climáticos, o que foi extremamente positivo, pois permitiu que o Cecafé redimensionasse seus desa-

vios e, conseqüentemente, as necessidades da agricultura”.

“Compartilho também com vocês os resultados positivos, vindos de uma base sólida de trabalho. Cito aqui como exemplo os dados de 2016, um ano que apresentou muita instabilidade por conta do cenário econômico e político. No entanto, no ano passado, a exportação do café seguiu para 129 países, acondicionados em mais de 95 mil containers, e ocupou a 5ª posição no ranking do agronegócio brasileiro. Além disso, destacamos também que a receita média dos últimos três anos alcançou US\$ 6,1 bilhões

e o volume exportado em torno de 35,9 milhões de sacas, correspondendo com uma participação no comércio mundial entre 30 e 32%”.

“A expectativa do Cecafé é alcançar a marca de 4 milhões de sacas/mês nos próximos anos. Hoje, já contamos com capacidade para fazer isso. E o mais relevante, mantendo o padrão que todos da cadeia já estão acostumados. Trabalhamos para essa atingir essa meta localmente e também fora do País e que o consumidor final sinta satisfação quando estiver bebendo sua xícara de café”.

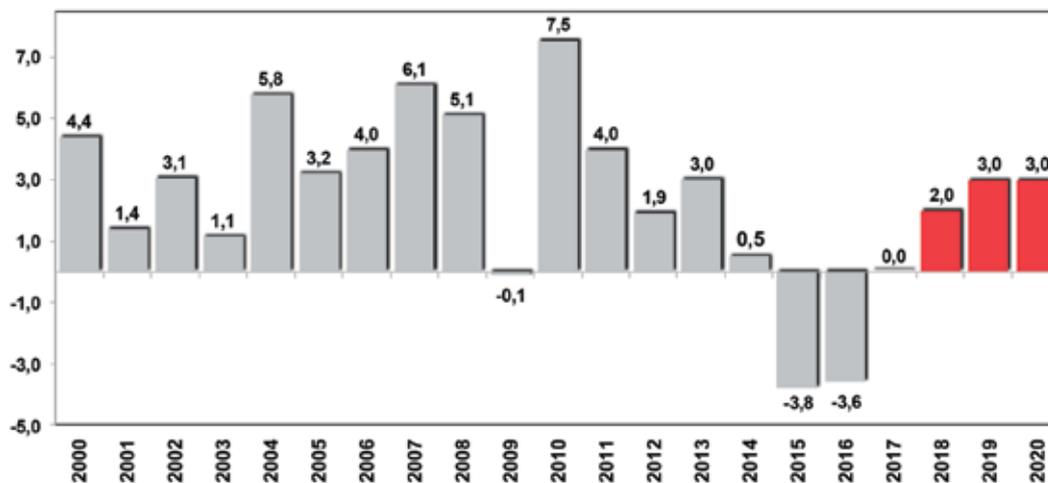
Painel : Conjuntura Macroeconômica



A palestrante iniciou sua apresentação sustentando seis mensagens: a) melhoria da confiança das empresas e famílias; b) inflação em desaceleração acompanhada pela taxa de juros em queda; c) agronegócio entregando uma safra recorde; d) empresas e famílias em processo de desalavancagem; e) avanço na produtividade/eficiência das empresas; e f) momento favorável para o avanço da agenda de reformas. A perspectiva para o PIB em 2017 é de expansão nula, porém preparando crescimento de 2,0% em 2018, pois entende a economista que antes de melhorar tem que parar de piorar, porém já há sinais de retomada por parte das indústrias e consumidores. A estimativa para a inflação em 2017 é de 3,4% (IPCA), com preços dos alimentos contribuindo para essa tendência de queda. Tal patamar inflacionário reflete ainda

a menor oferta de empregos. Quanto a taxa de juros básicos da economia, a economista chefe acredita que a autoridade monetária poderá trazer para 8% a SELIC, permitindo o processo de lenta retomada para a economia. Apesar dessas perspectivas favoráveis, há ressalvas relevantes como: a) elevada taxa de desemprego que seguirá elevada ainda em 2018; b) necessidade de ajuste fiscal por parte do governo federal, estados e municípios restringirá a capacidade de investimento público; c) empresas e famílias contendo seus gastos; e d) retomada dos investimentos segue baixa. Entre 2011 e 2016, o PIB do Brasil encolheu 11% e levará alguns anos para retornar ao patamar vivenciado em 2010-12. Há ainda riscos de contaminação da economia pela crise política, de valorização do câmbio devido a negativa do presidente Trump em iniciar uma

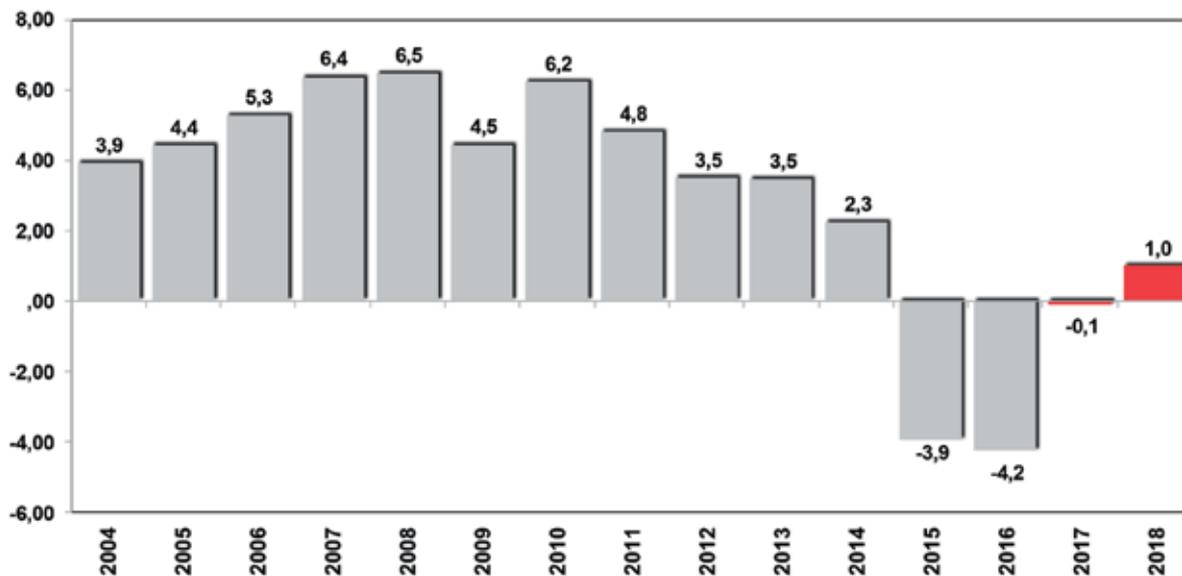
PIB BRASILEIRO Variação anual



FONTE: IBGE, BRADESCO



PIB CONSUMO DAS FAMÍLIAS (variação anual, %)



Fonte: IBGE, Bradesco



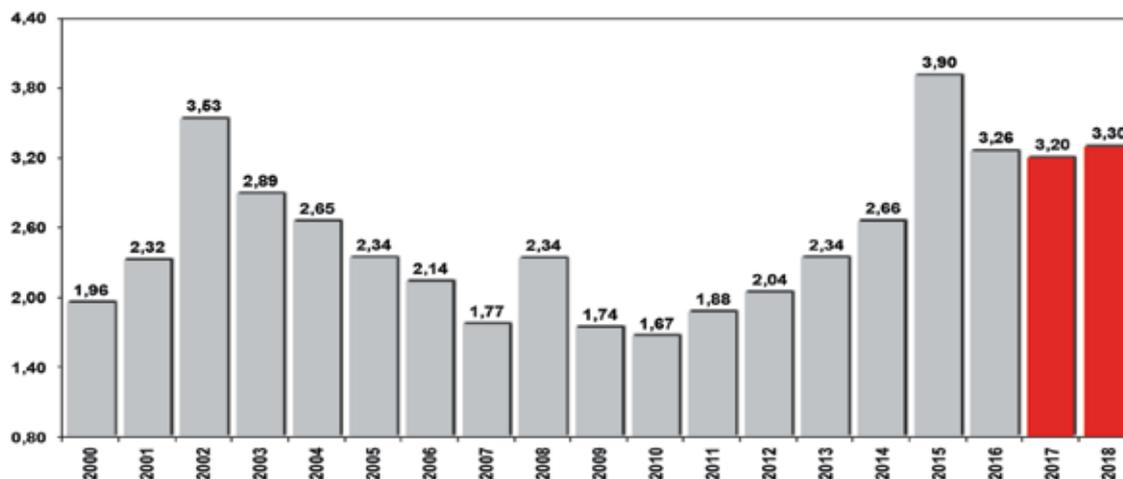
política fiscal expansionista associada a menor desempenho da economia chinesa. O abrandamento do risco de fechamento do mercado europeu passadas as eleições na Holanda e França também favorece

a apreciação do real. Por fim a economista mostrou a queda do CDS de 5 anos para a dívida brasileira, entendendo que a paridade com o dólar e real deverá manter-se em R\$3,20/

US\$ em 2017 e avançar para R\$3,30/US\$ em 2018.

Fabiana D'Atri, é economista, Coordenadora do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco S/A, é graduada em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Economia pela Escola de Economia Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV).

TAXA DE CÂMBIO - R\$/US\$



Fonte: Bloomberg, Bradesco



Painel : Desafios do Abastecimento Mundial de Café



Sob a moderação de Carlos Alberto Santana, da Eisa Integradora, os palestrantes Ladislau Neto, diretor-executivo

de pesquisa e desenvolvimento da EMBRAPA, Evaristo Eduardo de Miranda, Chefe Geral da Embrapa Monitoramento por

Satélite, e José Sette, diretor-executivo da OIC, iniciaram o painel “Desafios do Abastecimento Mundial de Café”.

Competitividade com Sustentabilidade



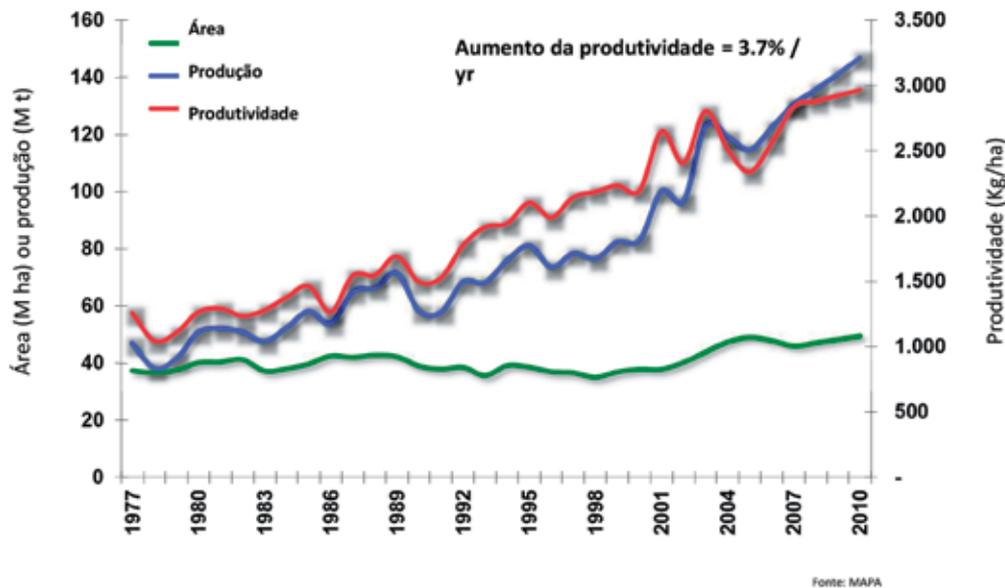
Primeiramente, o palestrante iniciou sua apresentação tecendo comentários sobre a trajetória da agropecuária brasileira em que o setor tem sido destaque da economia do País, lembrando o crescente reconhecimento que a atividade vem obtendo da sociedade brasileira. Mencionou ainda que em menos de três décadas o país deixou de ser importador de alimentos, tornando-se ao contrário um exportador com crescentes ganhos de produtividade no campo. Enfatizou ainda que é o único país a obter duas safras em um único ano agrícola em ambiente tropical com crescente avanço na sustentabilidade, destacando-se os sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta de maior capacidade em sequestro de carbono, contando com 11,5 milhões de hectares sob tal sistema. O palestrante enfatizou a importância dos sis-

temas de pesquisa (EMBRAPA e institutos estaduais) no aporte de tecnologias para a consolidação do progresso obtido, com forte investimento em equipamentos para capacitar laboratórios, capacitação do RH, TI de ponta e estabelecimento de conexões no exterior com a instalação de bases no exterior. O Brasil, em 2050 na perspectiva dos estrangeiros, percebe o país na quinta posição mundial do ranking de economia global, portanto cultivam um olhar positivo. No cenário prospectivo preparado pela EMBRAPA que define os macroprogramas de atuação para a pesquisa da empresa, aspectos como foco, agilidade, organização, qualificação e difusão da informação são elementos chave. Dentro da EMBRAPA é centralizado o Consórcio Pesquisa Café que reúne diversos institutos e universidades que atuam na

pesquisa cafeeira. Em 2030, adotando crescimento anual da demanda de 2,0% a.a., o cenário prospectivo elaborado prevê necessidade de produção brasileira de 68 milhões de sacas. A EMBRAPA já antecipa esse cenário com a entrega para o mercado da variedade Ouro Negro que exibe média de 70 sc/ha. Graças a essa variedade a produção rondoniense poderá atingir 2,2 milhões de sacas. Para o palestrante tecnologias como irrigação de precisão, manejo do mato nas entrelinhas, o monitoramento de pragas e doenças e a colheita mecânica formam o rol de tecnologias a serem incorporadas aos sistemas produtivos. Finalizou sua apresentação mencionando as instalações que simulam o desempenho da lavoura sob saturação de CO₂, única no país.

Intensificação Agrícola x Expansão Agrícola

Série de culturas anuais de grãos



Demanda mundial de café no período de 2015 a 2030

200 milhões de sacas



2%
por ano

150 milhões de sacas



Para manter o *market share* desse mercado, terá que elevar sua produção para pelo menos **68 milhões** de sacas por ano, das quais em torno de **40 milhões** destinadas à exportação e **25 milhões** ao consumo interno.

Ladislau Neto, é o Diretor-Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da EMBRAPA, possui graduação em Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, mestrado em Física Aplicada pelo Instituto de Física de São Carlos USP) e doutorado em Física Aplicada pelo Instituto de Física de São Carlos USP. Realizou pós-doutorado na Universidade da Califórnia, em Berkeley, Estados Unidos, em ciência do solo e meio ambiente.



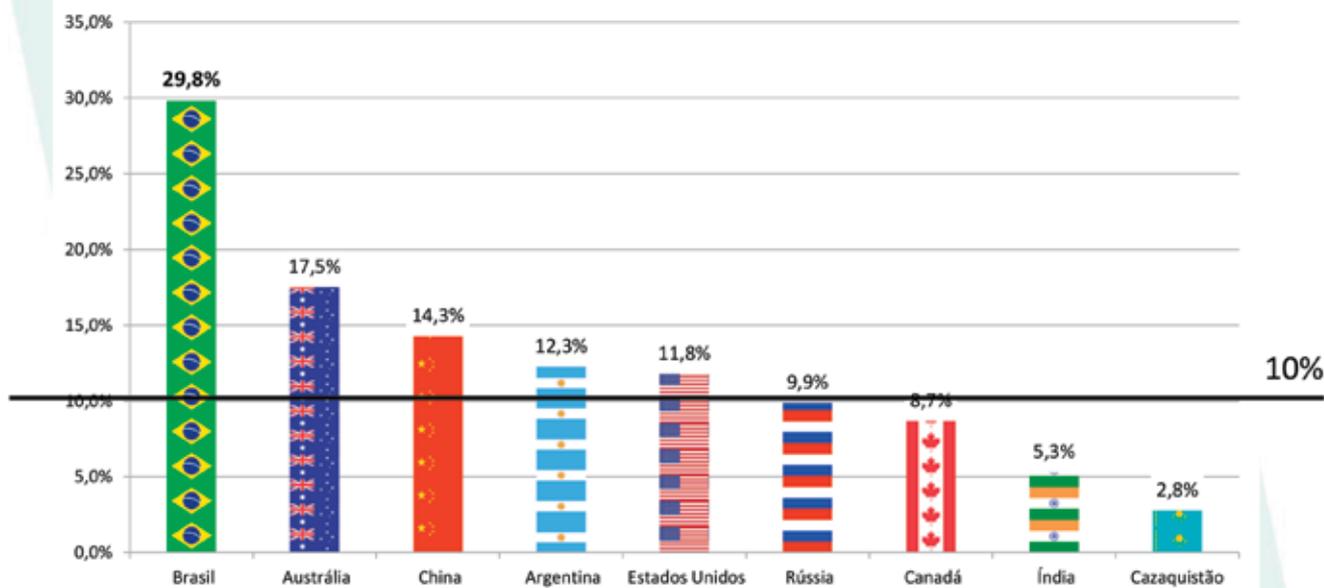
“Atribuição, Ocupação e Uso das Terras no Brasil”

Com a palestra “Atribuição, ocupação e uso das terras”, o pesquisador apresentou a acelerada dinâmica com que tem havido transformações no uso das terras no Brasil. Exemplificando, exibiu imagens de área no oeste baiano em que poucos pivôs eram mapeados em 1990, alcançando várias centenas em 2015 na mesma gleba. O conceito de atribuição compete aos governos a destinar áreas para preservação ambiental, terras indígenas e quilombolas. Atualmente o país conta com 1800 unidades de conservação que adicionada as demais unidades atribuídas representa 29,8% de todo o território nacional. Comparativamente, a média internacional é de 10% incluindo-se as geleiras e desertos. Afora essa grande área já atribuída existem demanda por novas atribuições que po-

dem incrementar ainda mais o percentual estimado. Quanto a ocupação, tem-se cidades, rodovias e agropecuária que pelos dados do CAR somam 4 milhões de imóveis e 408 milhões de hectares. No quesito uso, exemplificando o caso de Minas Gerais, os 610 mil estabelecimentos possuem área ocupada de 10,9 milhões de hectares com cerca de 33% sob cobertura vegetal. O caso é importante pois se trata de áreas de ocupação consolidadas desde a época do império repleta de encostas e topo de morros, tratados pelo Código Florestal de forma muito restritiva. Num resumo dos dados obtidos pelo CAR, dos 850 milhões de hectares do território, 13% representam áreas de conservação, 13,6% em terras indígenas, 18,9% de vegetação nativa, 20,8% de preservação nos imó-

ÁREAS PROTEGIDAS TERRESTRES EM 9 PAÍSES > 2.5 M km²

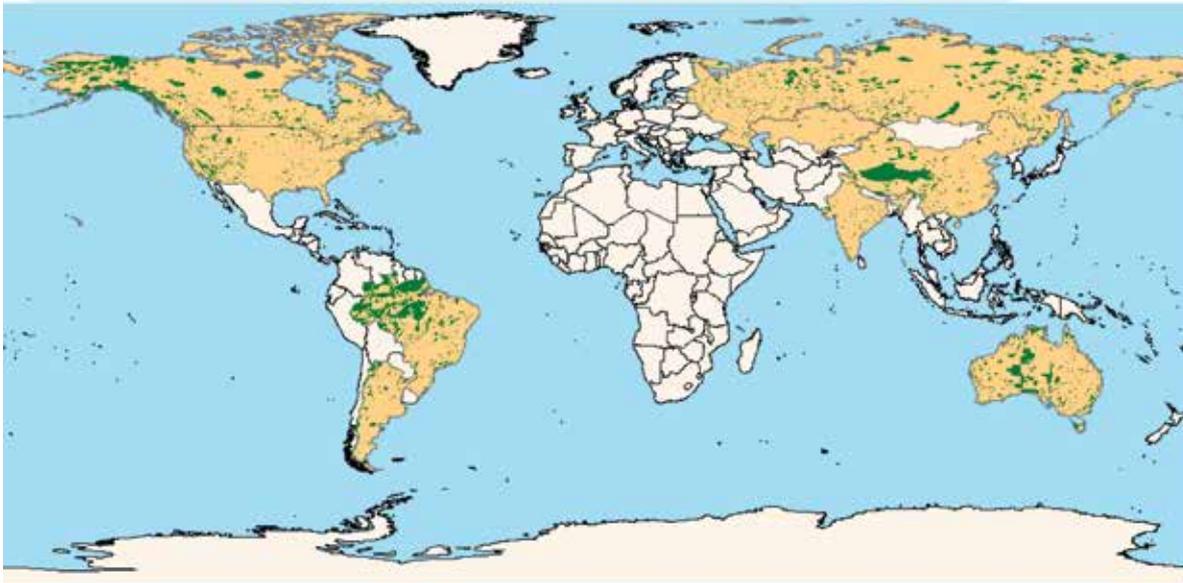
% de cada país em áreas protegidas terrestres (IUCN 2014)



Fontes:

Área dos países: CIA World Factbook 2013. <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2147rank.html>
 Áreas protegidas: IUCN and UNEP-WCMC (2014), The World Database on Protected Areas (WDPA) [On-line], [08/2016], Cambridge, UK: UNEP-WCMC. Available at: www.protectedplanet.net.

ÁREAS PROTEGIDAS TERRESTRES NOS 9 PAÍSES COM MAIS DE 2.5 MILHÕES DE km²



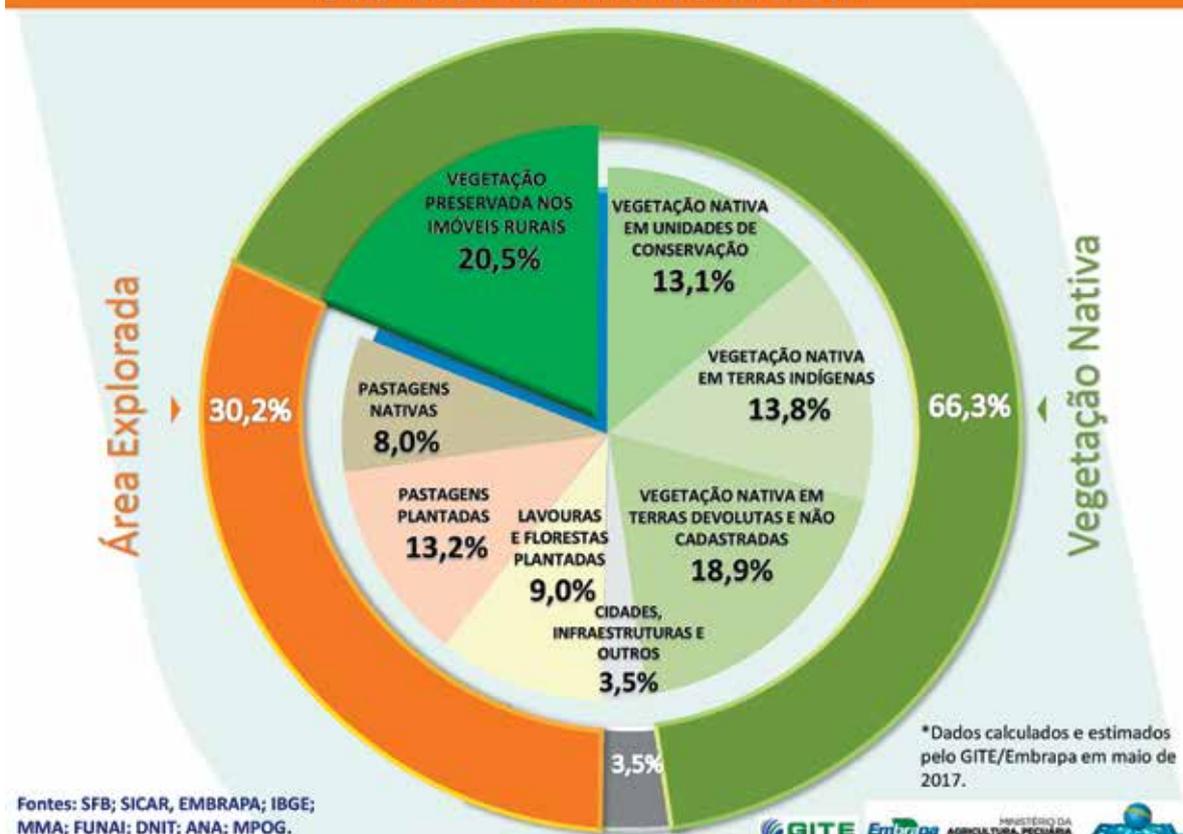
Áreas protegidas: IUCN and UNEP-WCMC (2014), The World Database on Protected Areas (WDPA) [On-line], [08/2016], Cambridge, UK: UNEP-WCMC. Available at: www.protectedplanet.net.

veis rurais, 8,0% de pastagens nativas, 13,2% de pastagens plantadas, 9,0% lavouras, florestas plantadas. O palestrante conclui efetuando comparações dessas áreas de conservação (atribuídas e privadas) acres-

cida das pastagens naturais e do pantanal com a dimensão das regiões/estados brasileiros, demonstrando que, no quesito produção com preservação, o Brasil situa-se muito bem no cenário internacional.

Evaristo Eduardo de Miranda, é agrônomo, com mestrado e doutorado em ecologia pela Universidade de Montpellier, na França, possui centenas de trabalhos técnicos e científicos publicados no Brasil e no exterior, sendo autor de 47 livros. É consultor de instituições de pesquisa e desenvolvimento no Brasil e no exterior, como FAPESP, FAO, OEA e Unesco. É pesquisador da Embrapa desde 1980, sendo Chefe Geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, onde coordena o Grupo de Inteligência Territorial Estratégica – GITE.

USO DAS TERRAS NO BRASIL*



Fontes: SFB; SICAR, EMBRAPA; IBGE; MMA; FUNAI; DNIT; ANA; MPOG.

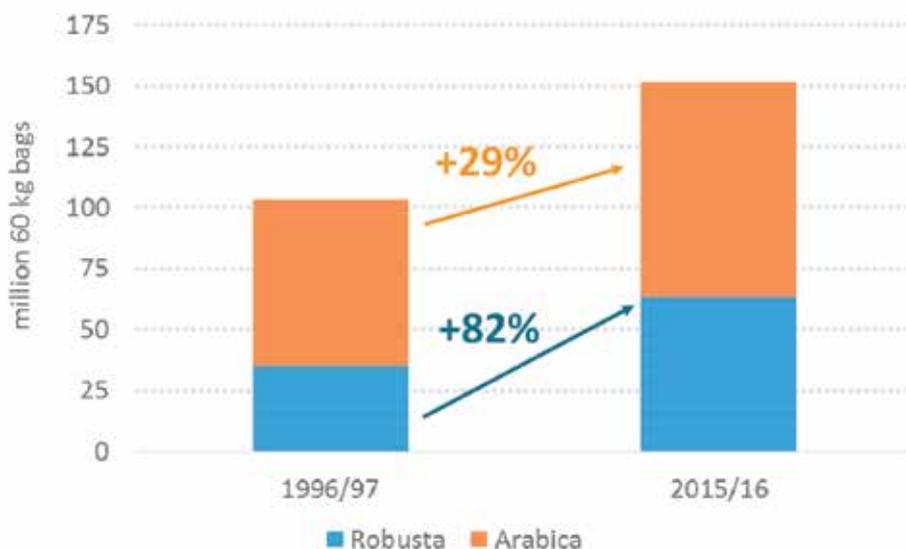


Fluxos do Comércio Mundial

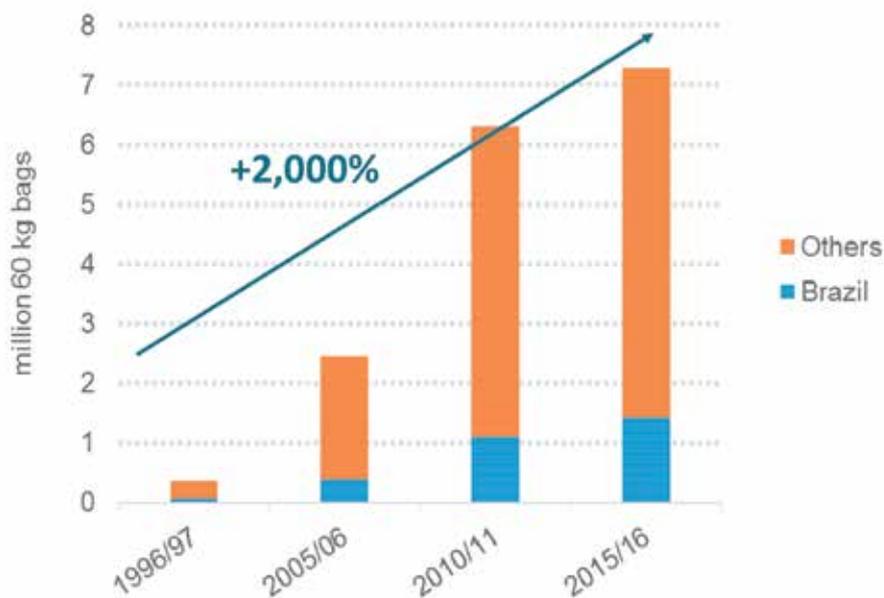
Primeiramente, José Sette apresentou a comparação entre os anos cafeeiros de 1996/97 com 2016/2017, observando que houve incremento de 50 milhões de sacas no período considerado, saltando o consumo mundial de 100 para 150 milhões de sacas. Nesse período o Brasil mantém sua liderança, mas surgem novos competidores como o Vietnã e mais recentemente Honduras e Peru, com declínio do México. Nesse mesmo período as exportações mantiveram participação de 80% da produção total, enquanto o consumo doméstico de 20% do total produzido, exibindo esse indicador uma tendência de estabilidade. Quanto aos importadores, esses continuam abastecendo-se do produto brasileiro, porém há substituição da Colômbia pelo Vietnã e forte crescimento das reexportações da Alemanha. Os EUA mantêm concentradas suas compras da

América Central e do Sul, com o Vietnã triplicando suas vendas para esse país. Há em andamento processo de concentração da oferta de café com declínio da origem africana nesse contexto. Também houve expansão do comércio entre países produtores, que apenas do Brasil importaram aproximadamente 1,4 milhões de sacas e que globalmente já representa 7 milhões de sacas. O sudeste asiático representa o polo mais dinâmico de crescimento da demanda pela bebida com expansão de 5%a.a., enquanto a média mundial gira em torno dos 2,3%a.a. Nesse mercado o Japão se destaca com demanda de 7,8m de sacas, seguido pela Coreia do Sul com 2,2 milhões de sacas. O maior supridor desses mercados é o Brasil seguido pelo Vietnã, sendo a Colômbia o país que mais perdeu *market share* no mercado japonês. O mercado chinês ainda é um desafio para

Produção mundial de café



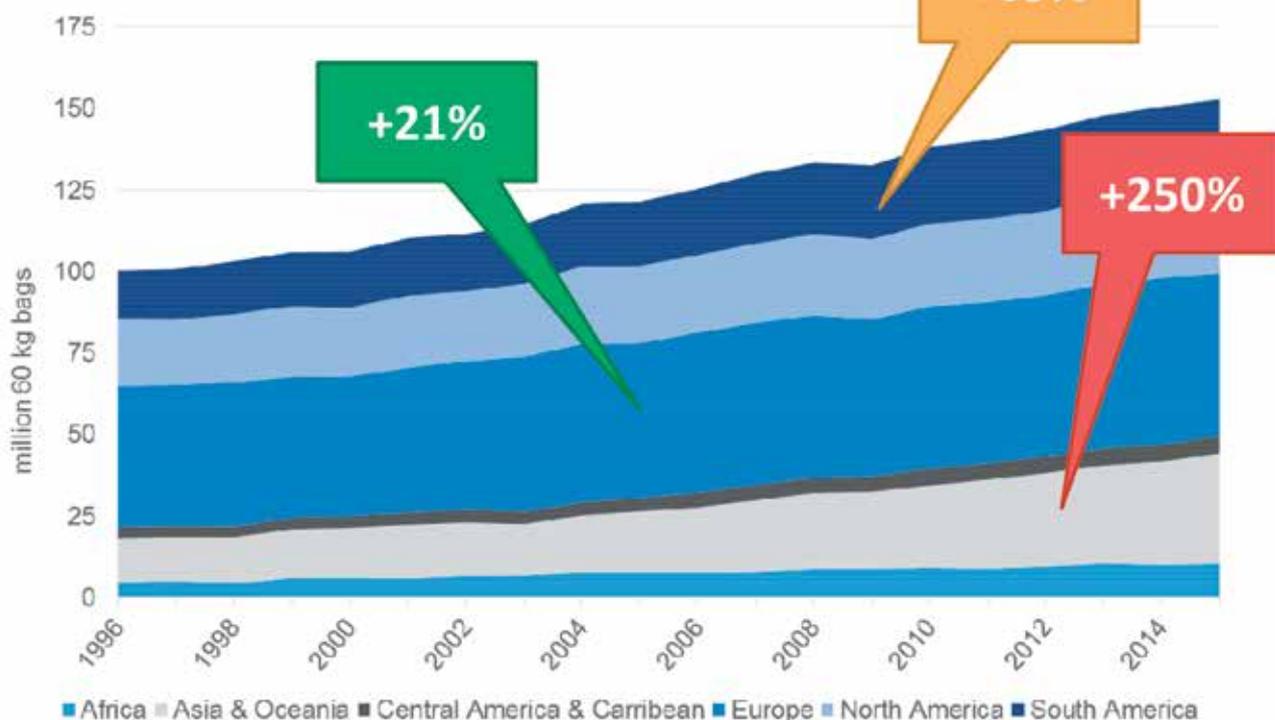
Comércio entre países exportadores tem expandido



o Brasil, porém repleto de oportunidades. Numa visão ampliada do mercado asiático, árabes, Rússia e Turquia, o potencial de crescimento do consumo de café é gigantesco evidenciando um formidável futuro para a bebida.

José Sette, assumiu o cargo de Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café (OIC) em maio de 2017. Antes de retornar à OIC, ele foi Diretor-Executivo do Comitê Consultivo Internacional do Algodão (CCIA) de janeiro de 2014 a abril de 2017. Ele trabalhou anteriormente na OIC como Diretor-Executivo interino de novembro de 2010 a novembro de 2011, e como Chefe de Operações de novembro de 2007 a dezembro de 2012.

Consumo mundial





Com a mediação de Sérgio Hazan da Comexim e com os palestrantes Lara Brans, presi-

dente da JDE no Brasil, e Rodrigo Corrêa da Costa, diretor de Commodities da Comexim

USA, em Nova York, iniciou-se o 2º painel: Fluxo do Consumo Mundial de Café.

Consumo Mundial



Atuando há 20 anos no mercado de café a palestrante narrou a história da JACOBS DOUWE EGBERTS (JDE), empresa que foi fundada em 1753 na Holanda. Dentre as inúmeras marcas pertencentes ao grupo, no Brasil, a marca Pilão é a líder de mercado. Presente em cerca de 100 países, em 28 deles, a empresa posiciona-se no primeiro ou segunda posição do ranking de vendas de varejo, tratando-se portando de uma empresa de caráter global com 9,5% do mercado mundial de café. A empresa atua nas mais diversas categorias do mercado de café possuindo em todos os segmentos marcas de grande penetração junto aos consumidores. A forte responsabilidade corporativa da empresa a levou a criar *compliances* aplicadas ao longo de toda a cadeia, desde o apoio a produção até oferecer o café que os

consumidores mais apreciam. Quanto ao mercado consumidor mundial, a palestrante apresentou dados estatísticos do EUROMONITOR. Segundo essa fonte, em 2016, o mercado de bebidas quentes soma US\$137 bilhões (crescimento de 6,0%) representando o café 60% desse total de faturamento. A expectativa que esse mercado mantenha taxa de crescimento de 3,0%a.a. até 2021. A China é o principal mercado mundial para bebidas quentes com US\$18 bilhões, sendo a principal bebida o chá. Os EUA posicionam-se em segundo lugar com faturamento de US\$16 bilhões e o Brasil com US\$8,0 bilhões ocupa o quinto lugar no ranking de consumo de bebidas quentes. A entidade estima que o crescimento na demanda por bebidas quentes continue forte entre asiáticos, latinos americanos e árabes. O torrado e moído e as cápsulas



Oferta e Demanda

Inicialmente, Rodrigo Costa demonstrou-se surpreso pelo começo de 2017, pois mesmo com contexto de oferta apertada as cotações mantiveram-se estáveis ou em tendência de baixa. As safras mundiais de 2015/16 e 2016/17 foram satisfatórias, porém devido às macrotendências do mercado, menor apetite por risco e antecipação especulativa dos investidores diante da safra potencialmente grande no Brasil, as cotações foram afetadas. Na Bolsa de Nova York, as cotações foram pressionadas para níveis de começo de 2016 transparecendo aos investidores relativo superávit de arábica. A última safra brasileira embora tenha subido em arábica caiu em conilon, portanto tal perspectiva é um tanto míope frente a realidade. A famosa mãe de todas as safras não se confirmou em 2015/16, sendo similar a colhida em 2012/13.

Uma explicação plausível para o comportamento dos preços é o aparecimento de estoques “invisíveis” (decorrência das elevadas cotações em 2016?). Nos EUA os estoques são os mais elevados dos últimos 24 meses e na UE e Japão também exibem elevação dos estoques. As oscilações da cotação do dólar também dificultam a valorização do produto. Por outro lado, os consumidores cada vez mais voltados para as monodoses têm contribuído para a diminuição do ritmo de expansão do consumo que focaliza mais a questão da qualidade da bebida em claro processo de descomoditização. Sob esse contexto os torrefadores anteciparam suas aquisições, porém o enfraquecimento do dólar afugenta os compradores do mercado. Sem perspectivas de incremento das taxas de juros pelo FED o cenário para o dólar é de manutenção da ten-

Supply and Demand

Crop Year	Production	Consumption	Balance	Stocks
2012 / 2013	154.8	145.7	9.1	32.7
2013 / 2014	152.5	148.2	4.3	37.0
2014 / 2015	147.6	150.1	-2.5	34.5
2015 / 2016	151.6	152.7	-1.1	33.4
2016 / 2017	153.6	155.3	-1.7	31.7

dência de queda. Há muita turbulência no ambiente político dos EUA e tampouco o CRB demonstra evolução favorável. Os fundos dos grandes investidores possuíam em meados de 2016 59 mil contratos comprados declinando agora para 18 mil vendidos, porém desse patamar não deve cair mais. As perspectivas para esse mercado são de US\$120/lbp que associado a desvalorização das moedas dos países produtores permitirá manutenção do investimento em tecnologia nas lavouras e manutenção das entregas de curto prazo. Porém abaixo de US\$100/lbp há um congelamento do trato. Safra de até 65 milhões de sacas pode não ser tão grande assim pois a relação estoque/consumo mantém-se baixa com estreitamento da arbitragem NYxLO. Também seguem apertados os diferenciais entre as qualidades do produto brasileiro e tal realidade em algum momento chegará ao mercado externo. Em um balanço global tem-se 2017/18

Production of Arabica and Robusta

Crop Year	Arabica	Robusta	Total
2012 / 2013	90.9	63.9	154.8
2013 / 2014	87.7	64.8	152.5
2014 / 2015	81.7	65.9	147.6
2015 / 2016	83.7	67.9	151.6
2016 / 2017	93.7	59.9	153.6

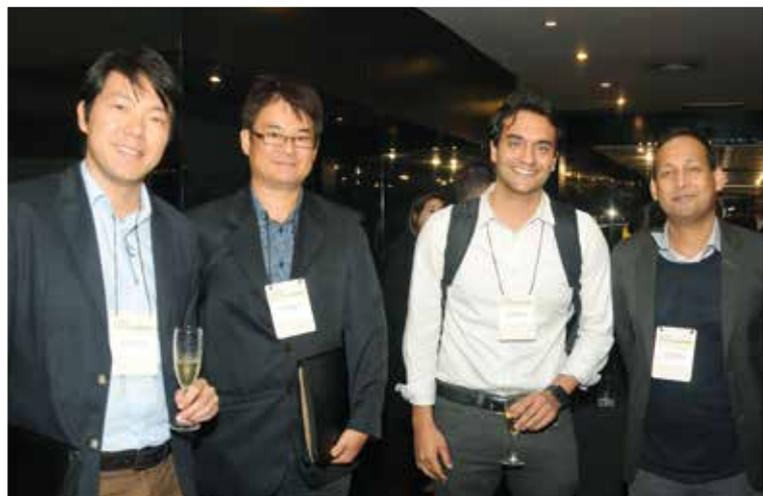
com déficit de 4,2 milhões de sacas revertendo-se para 4,5 milhões de sacas de superávit em 2018/19. Assim, pode haver alguma recuperação de

preços pois não estoque para assegurar fluxo de suprimento caso ocorra uma inesperada perda de produção em razão de problemas climáticos.

Brazil, Vietnam Colombia and Honduras

Crop Year	World	Brazil	Vietnam	Colombia	Honduras
2012 / 2013	154.8	57.6	26.5	9.9	4.8
2013 / 2014	152.5	54.5	29.8	12.0	4.4
2014 / 2015	147.6	50.2	28.2	12.5	5.1
2015 / 2016	151.6	49.5	29.0	13.9	5.7
2016 / 2017	153.6	55.0	25.0	14.3	6.3

Rodrigo Corrêa da Costa, é formado em Administração de Empresas, com MBA em Contabilidade e Finanças pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Diretor de Commodities da Comexim USA em Nova York, é responsável pela divisão de trading do grupo na América do Norte. Além de sua função atual na empresa, tem uma experiência consolidada na indústria cafeeira, desde compras, comercialização, vendas e gerenciamento de riscos tanto na origem como no destino. É árbitro do contrato "C", Rodrigo faz parte de um seleto grupo de profissionais que avaliam a elegibilidade de cafés a serem entregues na bolsa da ICE.









“Café Forte” impulsionará as positivities da cafeicultura brasileira

Por Paulo A. C. Kawasaki

Como resultado do alinhamento de visões estratégicas em prol do desenvolvimento da cadeia produtiva cafeeira, foi lançado, no dia 26 de maio, o projeto “Café Forte”, uma iniciativa do Canal Rural em parceria com o Conselho Nacional do Café (CNC) e a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), que conta com apoio do Sistema OCB e coordenação técnica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Segundo o presidente do Canal Rural, Julio Cargino, a sinergia entre posicionamentos será fundamental para a evolução da cafeicultura no Brasil. “O setor já é referência mundial, mas pode avançar ainda mais se as melhores práticas adotadas por aqui forem difundidas a todo o setor e houver um grande alinhamento de visões e interesses”, destaca.

A iniciativa pretende promover a conexão entre entidades, governo, produtores, cooperativas, instituições de pesquisa e empresas para o desenvolvimento da cadeia produtiva. O presi-

dente executivo do CNC, Silas Brasileiro, informa que o projeto disponibilizará organização das estatísticas do setor, difusão de conhecimento e também estimulará reflexões sobre a cafeicultura e seu planejamento estratégico.

“O objetivo do Café Forte é auxiliar a cafeicultura nacional a ter um crescimento mais sustentável, a obter fortalecimento de sua imagem, interna e externamente, e, ainda, a criar uma base sólida e confiável de informação do setor”, revela Brasileiro.

A opinião é compartilhada pelo vice-presidente da Cooxupé, Carlos Augusto Rodrigues de Melo, para quem o projeto nasce com grandes responsabilidades. “Além de refletir o atual momento do café, a sua principal necessidade é contribuir e fortalecer a comunicação da cafeicultura nacional. O Brasil e o mundo precisam saber como a nossa atividade cafeeira é praticada, assim como conhecer a seriedade do trabalho e o compromisso com a qualidade que vêm dos nossos cafeicultores”, aponta.

O Café Forte terá duração de oito meses e, para a sua execução, conforme o presidente do Canal Rural, foi estruturado um projeto de comunicação que contará com canais de TV, site, redes sociais e realização de eventos.

“A estrutura disponibilizada permitirá a disseminação da base de conhecimento sobre como é produzido sustentavelmente o café no Brasil, assim como suas responsabilidades social, gerando emprego e renda a milhares de famílias no País, e ambiental, com a preservação de nosso ecossistema”, destaca Silas Brasileiro.

O vice-presidente da Cooxupé completa que essa estrutura permitirá, de maneira regular, contato com o público envolvido na atividade cafeeira, desde a produção até o consumidor da bebida. “A Cooxupé, durante oito meses, estará nesta parceria e temos o desejo que a ação se estenda por mais tempo por entendermos a relevância da comunicação para o negócio café”, conclui. ☺

Café FORTE

Os objetivos do “Café Forte”

fortalecer o setor cafeeiro, apoiando a produção com sustentabilidade, rentabilidade e qualidade;

gerar informações confiáveis com regularidade, consolidar as bases de dados e difundir tecnologias, modelos de manejo e cases de sucesso;

impulsionar a imagem do café para que haja mais reconhecimento das sustentabilidades social e ambiental;

promover o setor, gerando encontros da cadeia produtiva para debates sobre os grandes temas e para fortalecer o modelo cooperativista.



A aquisição de Terras por Estrangeiros: uma questão não resolvida.

Mantém-se a discussão no Congresso Nacional sobre a aquisição de terras por estrangeiros, visando a formulação de uma nova lei que possa tratar adequadamente essa matéria.

É esse, de fato, um tema de grande importância e que recebeu, até o momento, tratamento que não me parecem ter sido adequados.

Vamos aos fatos: a regulação desse assunto foi realizada pela Lei 5.709 de 1971. Suas regras principais são as seguintes: 1) estabelece o seu artigo 1º a sujeição da pessoa física estrangeira residente no Brasil e a pessoa jurídica estrangeira às restrições lá impostas à aquisição de terras; 2) o parágrafo 1º desse

artigo 1º fez incidir também à pessoa jurídica brasileira, controlada por estrangeiros, as mesmas restrições.

É um regramento bastante restritivo. Em seus vinte e um artigos, estabelece a Lei 5.709/71 rígidos limites quanto à extensão de área e à localização de imóveis que possam ser adquiridos por estrangeiros. Todavia, não previu soluções para os inúmeros problemas que podem surgir daí.

Há, ademais, repercussões dessa lei sobre outras, replicando-se assim os seus defeitos. É o que se vê, por exemplo, na restrição estabelecida para a celebração de contratos de arrendamento por estrangeiros, determinada pelo artigo 23 da Lei 8.629/1993.

No tocante às pessoas físicas, a atual vigência da lei 5.709/71 é inquestionável, na medida em que não houve, até o momento, alteração legislativa que desse novo regramento ao assunto.

Vigente quanto à pessoa física, mas portadora de inúmeras imperfeições, havendo uma enorme lacuna regulatória que até hoje não foi sanada.

Por exemplo, no tocante à satisfação de créditos, o imóvel rural poderá servir como garantia válida e possível para o credor estrangeiro residente no país?

Ademais, no caso de casamento ou de união estável contraída por um cidadão brasileiro com pessoa estran-

geira, a existência da sociedade conjugal será impedimento à aquisição da propriedade de imóvel rural, considerando o regime de bens do matrimônio existente?

E no caso de sucessão legítima, como se deverá compreender a situação do estrangeiro, filho de brasileiros? Sendo o imóvel rural o único bem do espólio, o que fazer?

Soluções justas devem ser dadas a esses casos e devem ser previstas em uma lei abrangente. A pura e simples negativa à aquisição de imóveis rurais, em tais condições ou em tantas outras, não parece justificável e o destino útil de determinados bens não pode se tornar indefinido ou prejudicado.

Já no que concerne às pessoas jurídicas, além de conteúdo, os defeitos existentes dizem também respeito à própria vigência da lei. Isso ocorre porque a Constituição Federal, pela emenda 6/95, acabou por eliminar a distinção anteriormente existente entre pessoa jurídica nacional com controle estrangeiro e a pessoa jurídica nacional com controle nacional.

Ora, tratou-se de uma alteração, como dito, de norma constitucional. As consequências para a legislação ordinária e antecedente – inclusive para a Lei 5.709/71 – no sentido de sua necessária revogação deveriam ser indiscutíveis.

Com efeito, sendo toda e qualquer sociedade constituída pelas leis brasileiras e sediada no Brasil uma pessoa jurídica brasileira, a restrição à aquisição de terras, ao menos de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei 5.709/71, teria deixado de existir.

Não foi essa, contudo, a interpretação da Advocacia Geral da União. De fato, pelo seu parecer nº 01/2008, sustentou a AGU que a Lei 5.709/71 teria sido recepcionada pela atual Constituição Federal, nada alterando tal estado de coisas a referida EC 6/95.

Não há dúvida acerca de serem justos os cuidados e preocupações referentes à garantia da incolumidade da soberania nacional, da defesa do território brasileiro e da segurança nacional.

Contudo, também é justo e conveniente o estabelecimento de regras claras e objetivas que garantam a segurança jurídica, a função social dos imóveis agrários, o respeito aos contratos e o incentivo aos investimentos estrangeiros no campo da agricultura e da pecuária.

De fato, considerando a internacionalização dos mercados, é possível que sociedades constituídas no Brasil tenham as suas ações adquiridas por investidores estrangeiros, sejam eles pessoas físicas, jurídicas ou ainda fundos de investimento.

É adequada e benquista a existência de tal possibilidade? Imaginando-se que a resposta seja positiva e considerando as eventuais alta liquidez e pulverização dessas ações, poderá uma determinada sociedade anônima alternar, sucessiva e rapidamente, o controle entre nacionais e estrangeiros.

Da onde deverão provir as regras para tais situações? Seguramente, não de pareceres da Advocacia Geral da União, mas sim da lei.

Tal situação se agravou, pois, a despeito de ter sido instado para tanto, o Supremo Tribunal Federal não resolveu a questão, estando na prática vedados não só os registros da propriedade de imóveis rurais por sociedades brasileiras com controle estrangeiro, como também a celebração de arrendamentos rurais que tenham como partes pessoas jurídicas brasileiras de controle multinacional.

Assim, não temos lei adequada e a interpretação do texto constitucional não foi feita pelo STF, mas sim, de modo espantoso, apenas pela AGU.

Já é tempo se se buscar uma melhor solução.

Esta deverá vir, segundo penso, mais do que a manifestação do Poder Judiciário, pela edição de uma nova lei que considere tanto os valores da liberdade da iniciativa econômica quanto aqueles da segurança jurídica e da soberania nacional. É o que se espera do nosso Parlamento. ☹

Fernando Campos Scaff, é Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – Largo São Francisco, advogado e árbitro.





Banco Rio de Alimentos

UM PROGRAMA

Sistema



Fecomércio RJ
Sesc | Senac



Se você tem fome de ajudar, faça parte da nossa rede de solidariedade.

No Rio de Janeiro desde 2000, o Banco Rio de Alimentos atua no combate à fome e ao desperdício utilizando uma receita de sucesso: recolhe produtos alimentícios não comercializáveis nas empresas doadoras parceiras e entrega em instituições sociais, que os utilizam no preparo de suas receitas.

Uma verdadeira rede de solidariedade unindo doadores, instituições sociais, voluntários e apoiadores, que dividem o mesmo ideal para multiplicar a esperança, a cidadania e o desenvolvimento social.

“ Eu contribuo com minha ação voluntária e o Banco Rio de Alimentos me proporciona a alegria e a satisfação por estender a mão ao meu próximo com a oportunidade de doar algumas horas em prol daqueles que estão em vulnerabilidade social. As instituições recebem também a minha dedicação, o meu amor e respeito, impregnados nos alimentos que manipulo. ”

Anneti de Oliveira Cavalcanti, há 9 anos
voluntária do Banco Rio de Alimentos.

Para ser um voluntário ou doador do
Banco Rio de Alimentos, ligue 0800 022 2026.



50 mil
PESSOAS
ATENDIDAS

16
ANOS DE
SOLIDARIEDADE

+ DE
900
TONELADAS
DE ALIMENTOS
DISTRIBUÍDOS

305
INSTITUIÇÕES
ATENDIDAS EM
33 MUNICÍPIOS
DO ESTADO

Número de 2016



Venda de Imóvel Rural: “Armadilhas” da tributação do imposto de renda sobre o ganho de capital

Os contribuintes, pessoas físicas que, a partir de 1º de janeiro de 1997, apurarem ganho de capital na venda de imóvel rural, devem ficar atentos às peculiaridades da base de cálculo do Imposto de Renda, disciplinada pela Lei nº. 9.393, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). No âmbito de sua competência, a Receita Federal do Brasil regulamentou a matéria, por meio da Instrução Normativa RFB nº. 84, de 2001, a qual merece atenção especial, principalmente, por criar novas regras, sem respaldo legal.

Em sua formulação clássica (“regra geral”), o ganho de capital resulta da diferença positiva entre o custo de aquisição e o valor da alienação do bem, determinados com base nos valores reais da transação. No entanto, tratando-se de imóvel rural, a determinação do ganho de capital é peculiar, dependendo da data de aquisição deste. Assim, para os imóveis adquiridos após o dia 1º de janeiro de 1997, o ganho de capital resulta do confronto entre o Valor da Terra Nua (“VTN”) declarado no ano da alienação e o VTN declarado no DIAT no ano da compra, nos termos do caput do artigo 19 da Lei nº. 9.393/96:

Valores para Apuração de Ganho de Capital

Art. 19. A partir do dia 1º de janeiro de 1997, para fins de apuração de ganho de capital, nos termos da legislação do imposto de renda, considera-se custo de aquisição e valor da venda do imóvel rural o VTN declarado, na forma do art. 8º, observado o disposto no art. 14, respectivamente, nos anos da ocorrência de sua aquisição e de sua alienação. Parágrafo único. Na apuração de ganho de capital correspondente a imóvel rural adquirido anteriormente à data a que se refere este artigo, será considerado custo de aquisição o valor constante da escritura pública, observado o disposto no art. 17 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Por outro lado, no caso de o imóvel rural ter sido adquirido antes de 1997, o ganho de capital, segue a regra geral, correspondendo à diferença positiva entre o valor de alienação do imóvel e o seu custo de aquisição constante na escritura pública, conforme parágrafo único do artigo supracitado.

Pontua-se: o que significa o Valor da Terra Nua? De acordo com o artigo 8º, § 2º, da Lei nº 9.393/96¹, o VTN é o preço de mercado de terras, apurado em conformidade com a legislação do Imposto Territorial Rural (ITR), tendo como data-base o dia 1º de janeiro

¹ Da redação:

Art. 8º O contribuinte do ITR entregará, obrigatoriamente, em cada ano, o Documento de Informação e Apuração do ITR - DIAT, correspondente a cada imóvel, observadas data e condições fixadas pela Secretaria da Receita Federal.

§ 1º O contribuinte declarará, no DIAT, o Valor da Terra Nua - VTN correspondente ao imóvel.

§ 2º O VTN refletirá o preço de mercado de terras, apurado em 1º de janeiro do ano a que se referir o DIAT, e será considerado auto-avaliação da terra nua a preço de mercado.



de cada ano (“critério temporal”)². Diferentemente dos valores reais da transação de venda de imóvel rural, do Valor da Terra Nua excluem-se as construções, instalações e benfeitorias, culturas permanentes e temporárias, pastagens cultivadas e melhoradas e florestas plantadas, conforme permissivo do §1º, inciso I, do artigo 10 da Lei nº. 9.393/96³. Esse valor deve ser declarado no Documento de Informação e Apuração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – DIAT, cujo prazo de entrega é fixado, anualmente, pela Receita Federal do Brasil (geralmente no último dia útil do mês de setembro de cada ano – “prazo de entrega”).

Partindo-se para a prática: o que ocorre se o contribuinte não entregar o DIAT? Qual será a base de cálculo do ganho de capital para fins de incidência do Imposto de Renda Pessoa Física? De acordo com o artigo 14 da Lei nº. 9.393/96, no caso de falta de entrega do DIAT, bem como de subavaliação ou prestação de informações inexatas, incorretas ou fraudulentas, o ganho de capital será determinado considerando informações sobre preços de terras, constante em sistema instituído pela Secretaria da Receita Federal do Brasil⁴, bem como os dados de área total, área tributável e grau de utilização do imóvel. Da redação:

Art. 14. No caso de falta de entrega do DIAT ou do DIAC, bem como de subavaliação ou prestação de informações inexatas, incorretas ou fraudulentas, a Secretaria da Receita Federal procederá à determinação e ao lançamento de ofício do imposto, considerando informações sobre preços de terras, constantes de sistema a ser por ela instituído, e os dados de área total, área tributável e grau de utilização do imóvel, apurados em procedimentos de fiscalização.
§ 1º As informações sobre preços de terra observarão os critérios estabelecidos no art. 12, § 1º, inciso

2 Art. 8º Contribuinte do ITR entregará, obrigatoriamente, em cada ano, o Documento de Informação e Apuração do ITR - DIAT, correspondente a cada imóvel, observadas data e condições fixadas pela Secretaria da Receita Federal. § 2º O VTN refletirá o preço de mercado de terras, apurado em 1º de janeiro do ano a que se referir o DIAT, e será considerado auto-avaliação da terra nua a preço de mercado.

3 Da redação:
Art. 10. A apuração e o pagamento do ITR serão efetuados pelo contribuinte, independentemente de prévio procedimento da administração tributária, nos prazos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal, sujeitando-se a homologação posterior.

§ 1º Para os efeitos de apuração do ITR, considerar-se-á:
I - VTN, o valor do imóvel, excluídos os valores relativos a:

- a) construções, instalações e benfeitorias;
- b) culturas permanentes e temporárias;
- c) pastagens cultivadas e melhoradas;
- d) florestas plantadas;

4 O Sistema de Preços de Terra – SIPT foi criado pela Portaria SRF nº. 447 de 2002, tendo como objetivo fornecer informações relativas a valores de terra nua para o cálculo e lançamento do ITR. Em 2015, foi publicada a Instrução Normativa da RFB nº. 1.562, dispondo sobre a prestação de informações sobre o Valor da Terra Nua à Secretaria da Receita Federal, com a criação de seis categorias de Tipos de terra: 1) lavoura – aptidão boa; 2) lavoura - aptidão regular 3) lavoura- aptidão restrita; 4) pastagem plantada; 5) silvicultura ou pastagem natural; 6) preservação da fauna ou flora.

II da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e considerarão levantamentos realizados pelas Secretarias de Agricultura das Unidades Federadas ou dos Municípios.

§ 2º As multas cobradas em virtude do disposto neste artigo serão aquelas aplicáveis aos demais tributos federais.

Observa-se, pela redação do dispositivo legal, que, mesmo para o contribuinte faltoso, que não entrega a DIAT, a lei considera como base de cálculo do Imposto de Renda a diferença positiva do Valor da Terra Nua entre o ano de alienação e de aquisição, determinado com base no sistema de preço de terras, dados da área total, área tributável e grau de utilização do imóvel, conforme atos administrativos expedidos anualmente.

Pois bem, a análise quantitativa do até aqui exposto é pertinente para evidenciar a peculiaridade, senão mais vantajosa ao contribuinte, da apuração da base de cálculo do Imposto de Renda sobre o ganho de capital na alienação de imóvel rural, com base no Valor da Terra Nua. Parte-se dos seguintes casos hipotéticos, relativamente à venda de imóvel rural pelo valor de R\$ 8.000.000,00: (i) o primeiro caso (“Caso 1”), o contribuinte apura o ganho de capital com base nos valores reais da transação, com base na “formulação clássica”, isto é, sem o benefício da Lei nº. 9.393/96; e, (ii) no segundo caso (“Caso 2”), o contribuinte apura o ganho de capital com base no Valor da Terra Nua, de acordo com a regra do caput do artigo 19 da Lei nº. 9.393/96. Neste sentido:

Caso 1 - Ganho de Capital – “Formulação Clássica”	
	Ganho de Capital
Custo de aquisição (A)	R\$ 2.000.000,00
Valor da alienação (B)	R\$ 8.000.000,00
(B) – (A)	R\$ 6.000.000,00

Fonte: elaboração própria

Caso 2 - Ganho de Capital caput do artigo 19 da Lei nº. 9.393/96	
	Ganho de Capital
VTN ano de aquisição (C)	R\$ 1.500.000,00
VTN ano de alienação (D)	R\$ 4.500.000,00
(C) – (D)	R\$ 3.000.000,00

Fonte: elaboração própria

Observe-se que, no Caso 2, a diferença de R\$ 3.500.000,00, entre o valor da alienação de R\$ 8.000.000,00 e o VTN no ano de alienação R\$ 4.500.000,00, integra a receita bruta da atividade rural nos termos e condições da Lei nº 8.023, de 1990, art. 4º, regulamentada pela Instrução Normativa SRF nº 83, de 2001, art. 5º.⁵

5 Instrução Normativa SRF nº 83, de 2001, art. 5º.
Art. 5º A receita bruta da atividade rural é constituída pelo montante das vendas dos produtos oriundos das atividades definidas no art. 2º exploradas pelo próprio vendedor.

Mesmo assim, em termos quantitativos, a apuração do ganho de capital com base no Valor da Terra Nua, prevista em lei, é mais benéfica ao contribuinte. Não obstante, extrapolando o seu dever regulamentar, a Receita Federal do Brasil, por meio da IN RFB nº. 84, de 2001, estabelece regras diferenciadas para o contribuinte, pessoa física, que podem vir a majorar a tributação, ofendendo ao princípio da legalidade. Da redação:

Art. 10. Tratando-se de imóvel rural adquirido a partir de 1997, considera-se custo de aquisição o valor da terra nua declarado pelo alienante, no Documento de Informação e Apuração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DIAT) do ano da aquisição, observado o disposto nos arts. 8º e 14 da Lei nº. 9.393, de 1996.

§ 1º No caso de o contribuinte adquirir:

I - e vender o imóvel rural antes da entrega do DIAT, o ganho de capital é igual à diferença entre o valor de alienação e o custo de aquisição;

II - o imóvel rural antes da entrega do DIAT e aliená-lo, no mesmo ano, após sua entrega, não ocorre ganho de capital, por se tratar de VTN de aquisição e de alienação de mesmo valor.

§ 2º Caso não tenha sido apresentado o DIAT relativamente ao ano de aquisição ou de alienação, ou a ambos, considera-se como custo e como valor de alienação o valor constante nos respectivos documentos de aquisição e de alienação.

§ 3º O disposto no § 2º aplica-se também no caso de contribuinte sujeito à apresentação apenas do Documento de Informação e Atualização Cadastral (DIAC).

Nos termos do inciso I do § 1º do artigo 10 do ato normativo, se o contribuinte adquirir e alienar o bem imóvel antes da entrega da DIAT - leia-se antes de setembro de cada ano, o ganho de capital será a diferença entre o custo de aquisição e da alienação efetivos (valores reais da transação – vide “Caso 1”). Ou seja, o contribuinte que adquirir um imóvel em janeiro de 2016 e o vender em agosto do mesmo ano, mesmo já existente o VTN em janeiro (data-base), o ganho de capital será a diferença entre o valor da alienação e o custo de aquisição.

Pelo inciso II do parágrafo primeiro, se o contribuinte adquirir o imóvel antes da entrega do DIAT e aliená-lo no mesmo ano, após sua entrega, não ocorre ganho de capital, por se tratar de VTN de aquisição e alienação do mesmo valor. Assim, se o contribuinte que adquiriu o imóvel em janeiro de 2016 e o vendeu em outubro do mesmo ano, após a entrega do DIAT, não haverá o ganho de capital. Desde já, visualizam-se duas situações iguais (compra e venda de imóvel rural no mesmo ano), mas com tributações do Imposto de Renda diametralmente opostas, o que já evidencia afronta a princípio da isonomia do artigo 150, inciso II da CF/88⁶.

§ 2º Integram também a receita bruta da atividade rural:

III - o valor de alienação de investimentos utilizados exclusivamente na exploração da atividade rural, ainda que adquiridos pelas modalidades de arrendamento mercantil e consórcio;

6 Da redação:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: [...]

Por sua vez, pelo parágrafo segundo, no caso de o contribuinte não ter apresentado o DIAT relativamente ao ano de aquisição ou de alienação, ou a ambos, considera-se como custo e como valor de alienação, o valor constante nos respectivos documentos de aquisição e de alienação (vide “Caso 1”). Neste caso, surge a dúvida se o poder regulamentar da Instrução Normativa citada não está extrapolando o conteúdo da Lei nº. 9.393/16.

Em processo de patrocínio das sócias Eliana e Elisângela Anceles da E&E Consultoria e Soluções Tributárias, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região registrou que o parágrafo segundo do artigo 10 da IN RFB nº. 84, de 2001, ofende aos artigos 14 e 19 da Lei nº 9.393/96, ao ampliar ilegalmente a base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física. Em trecho da decisão:

[...] O § 2º do art. 10 da IN nº 84/2001 destoa claramente tanto do art. 19 quanto do art. 14 da Lei nº 9.393/1996, visto que adota como base de cálculo, para a apuração do ganho de capital, o valor constante nos documentos de aquisição e de alienação. Há de se entender a disposição do § 2º do art. 3º da Lei nº 7.713/1988, que define ganho de capital como a diferença positiva entre o valor de transmissão do bem ou direito e o respectivo custo de aquisição corrigido monetariamente, em consonância com as normas específicas da Lei nº 9.393/1996, que regem a apuração do ganho decapital de imóveis rurais. O valor do imóvel rural é definido pelo Valor da Terra Nua, nos exatos termos do art. 10 da Lei nº 9.393, que exclui as construções, instalações e benfeitorias, culturas permanentes e temporárias, pastagens cultivadas e melhoradas e florestas plantadas⁷.

Sob todos os ângulos, o artigo 10 da IN RFB nº. 84, de 2001, sinaliza ampliar o conteúdo dos artigos 14 e 19 da Lei nº. 9.393, de 1996, incidindo em vício de ilegalidade. Daí porque, nos casos em que o contribuinte for prejudicado, a via judicial ainda é o melhor caminho. Portanto, na hora da decisão de alienar o imóvel rural, aconselha-se verificar o adequado enquadramento do caso concreto, para o fim de apurar corretamente a base de cálculo (“ganho de capital”) do Imposto de Renda, e, assim, usufruir do benefício conferido pela Lei nº. 9.363, de 1996. ☺

Elisângela Anceles, é Advogada, Bacharela em Ciências Jurídicas pela UFSM e em Econômicas pela UFRGS, Especialista em Direito Tributário pelo IBET e sócia da E&E Consultoria e Soluções Tributárias LTDA.

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

7 TRF4, APELREEX 5002098-90.2012.404.7116, PRIMEIRA TURMA, Relator JOEL ILAN PACIORNIK, DOU 16/04/2015.



Reunião da GCP mostra consolidação da sustentabilidade

O Conselho Consultivo Nacional (CCN) da Plataforma Global do Café (GCP) se reuniu no último dia 9 de Junho, em São Paulo, em evento paralelo ao Coffee Dinner & Summit do Cecafé. Os membros do conselho foram representados por seus principais executivos em reunião que contou também com a presença da Annette Pensel, diretora executiva mundial da Plataforma Global do Café (GCP), e do convidado especial José Dauseter Sette, diretor executivo da Organização Internacional do Café (OIC).

Durante o encontro, Pedro Ronca, da P&A e gerente do Programa Brasil da GCP, apresentou um resumo das atividades realizadas no país, como o expressivo número de mais de 1.500 agrônomos e técnicos treinados no Currículo de Sustentabilidade do Café (CSC) e 2.200 produtores capacitados nos cursos do Produtor Informado, em parceria com o Cecafé. O destaque ficou para a discussão dos indicadores de sustentabilidade, inicialmente definidos pelo Grupo de Trabalho Brasil da GCP em fevereiro último e que depois de finalizados serão levantados no campo por uma ampla rede de parceiros e mem-

bros da GCP, por meio de um aplicativo criado para este fim.

Carlos Brando, da P&A e do Programa Brasil, apresentou ideias para discussão sobre o programa da GCP no Brasil em 2018, dentro das seguintes linhas de ação: continuação do treinamento sobre o Currículo de Sustentabilidade do Café (CSC), aceleração da implementação do Modelo de Assistência Técnica Coletiva, medição da sustentabilidade usando os novos indicadores, projetos de adaptação às mudanças climáticas, gênero e sucessão familiar, e viabilidade econômica da produção de café. Foi unânime entre os presentes a necessidade e importância da implementação de indicadores para medir a sustentabilidade da cafeicultura brasileira.

José Sette citou a maturidade das discussões do grupo, que tem representantes de diversas partes da cadeia, e reforçou a importância da GCP contribuir para aproximar os setores envolvidos na atividade cafeeira. Sette disse também que os indicadores de sustentabilidade são uma discussão muito relevante que deve envolver todos os países produtores, inclusive com

temas como envolvimento das mulheres e a sucessão familiar.

Os participantes saíram da reunião satisfeitos e entusiasmados com os resultados dos trabalhos que, como destacado por Annette Pensel, demonstra a liderança do Brasil dentro da GCP e na área de sustentabilidade. Annette apresentou os princípios de responsabilidade compartilhada que envolvem o trabalho da GCP no mundo e a importância do fortalecimento de plataformas de sustentabilidade dentro dos países produtores, a exemplo do Conselho Consultivo Nacional e do Grupo de Trabalho Brasil, para promover resultados que beneficiem a todos.

Entre as ações globais da GCP, Annette mencionou o processo em curso de discussão e definição global de indicadores comuns para a cafeicultura mundial, que possibilitará uma comparação efetiva sobre a situação dos diferentes países produtores nas principais áreas da sustentabilidade. Além disso, foi feito convite a todos para participarem em 5 de outubro de 2017 na Suíça da Assembleia Geral de Membros da GCP, que será precedido pela Conferência Global de Sustentabilidade do Café. ☺



PANORAMA



CRÉDITOS: CLAUDIO AROUCA

Mudanças nas Embalagens de Acondicionamento de Café



O estudo coordenado pelo professor Flávio Meira Borém (foto), da UFLA/MG - “Avaliação de Embalagens e Métodos de Armazenamento para Cafés Especiais” – foi apresentado pela primeira vez no Brasil durante o 7º Coffee Dinner & Coffee Summit.

A análise que teve o apoio da Klabin, avaliou oito tipos diferentes de embalagens para dois tipos de cafés especiais nos mercados nacional e internacional, durante 18 meses. O relatório final mostrou que a embalagem de papel com alta barreira atingiu o maior nível de pontuação na preservação das características originais dos grãos, acima de 82 pontos, enquanto as embalagens a vácuo ficaram em 81 e as de juta em 73 pontos.

Além disso, indicou uma mudança no consumo de embalagens pela indústria cafeeira, comprovando que é possível manter a qualidade dos grãos de café durante longos períodos de armazenamento, com a embalagem de papel de alta barreira sendo a mais eficiente nesse processo.

Segundo o estudo, as embalagens de papel também são consideradas financeiramente mais vantajosas pelo mercado, quando comparadas às embalagens a vácuo.

A iniciativa contou com as seguintes parcerias: BSCA, APEX, Videplast, Bourbon Specialty Coffees e a Carmocoffees.



IAC comemora 130 anos

O mais importante Centro de Pesquisas na área agrícola, o IAC comemora 130 anos. Criado em 27 de junho de 1887 pelo Imperador do Brasil Dom Pedro II, o IAC iniciou seus trabalhos para assistir tecnicamente o desenvolvimento da cafeicultura nacional. “Hoje 90% do café utilizado no

Brasil e no mundo são ou provêm das cultivares do IAC, que se caracterizam pela elevada produção, ampla adaptação a diferentes regiões produtoras, resistência a pragas e doenças e excelente qualidade de bebida.

Além do centro de café, a estrutura do Instituto conta com 13 centros de pesquisa, sendo oito em Campinas e outros cinco nos municípios de Ribeirão Preto (cana-de-açúcar), Cordeirópolis (citros), Votuporanga (seringueiras e agroambientais) e Jundiá (frutas, engenharia e automação). “Reunimos em nossas unidades 154 pesquisadores, 350 funcionários e 500 colaboradores, bem como alunos de pós-graduação nos cursos de Agricultura Tropical e Subtropical”, completou Sérgio Morais Augusto Carbonell, diretor do IAC.

No campo da fitossanidade, o IAC participa do melhoramento de plantas buscando resistência a pragas e doenças, para aumento de produção, sustentabilidade ambiental e viabilidade econômica. O Agrônomo e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) são as únicas instituições que mantêm quarentenários ativos. “A quarentena de plantas é uma questão de segurança nacional”, disse.

Para comemorar os 130 anos do Instituto Agrônomo (IAC), vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, será realizado um ciclo de eventos, entre os dias 27 e 29 de junho, com a presença do secretário Arnaldo Jardim, na sede do IAC em Campinas.

Costa Café inaugura armazém em Albertina/MG



Fundada em 1985, a Costa Café, no ano que completa 27 anos de intensa dedicação ao café, inaugurou mais um armazém, agora no município de Albertina/MG com c/ 11.770,00m² de área construída, num terreno de 19.580m². Localizado na Estrada Albertina à Pinhal, Km 01, com maquinário completo para beneficiamento e re-beneficiamento de Café, tem capacidade de armazenamento para 320.000 sacas de Café em big bag e de produção 5.000 sacas p/ dia.

Baseada em Espírito Santo do Pinhal/SP, a Costa Café tem sólidas e profundas raízes assentadas numa das mais nobres regiões produtoras de cafés finos do país: a linha de fronteira Sul de Minas Gerais e Mogiana Paulista.

Irmãos Dutra instalam primeiro despulpador de café movido à energia solar

CRÉDITOS: DIVULGAÇÃO

Os irmãos Walter e Ednilson Dutra, que em 2015 foram premiados pelo Cecafé com o prêmio “Empreendedores do Ano”, em reconhecimento ao excelente trabalho realizado na Fazenda Dutra com foco na constante melhoria da qualidade e dentro de padrões de sustentabilidade, continua como exemplo marcante da viabilidade de produção de café de montanha com sustentabilidade.

Para a safra 2017/2018 pretendem utilizar o primeiro despulpador de café movido à energia solar. Neste primeiro momento, 30 placas fotovoltaicas, que retêm a luz do sol e geram eletricidade, foram instaladas na Fazenda Água Limpa, situada no município de São João do Manhuaçu, região de Matas de Minas, no valor de R\$40 mil. De acordo com Ednilson, as máquinas utilizadas na fazenda não passam de despulpadores comuns, vendidos no mercado. A única diferença, no entanto, é que ele e o irmão agregaram um gerador solar para produzir luz. O sistema é interligado à rede elétrica da concessionária e o funcionamento é simples: durante o dia, a energia desenvolvida é utilizada dentro do ambiente e à noite, como não há produção, usa-se a energia da rua. A intenção, a curto prazo, é de que toda a fazenda produza corrente elétrica de forma limpa, contribuindo para a diminuição das emissões de carbono.

“Focamos no meio ambiente e no bem-estar das pessoas. Acreditamos na energia solar porque é renovável, não polui. Cada vez mais buscamos ser ecologicamente corretos”, finaliza o proprietário.



O MELHOR CAFÉ EM CÁPSULA DO BRASIL

Em um teste cego com especialistas* publicado na revista Go'Where Gastronomia, a TRES® foi eleita A MELHOR cápsula de espresso do Brasil! Os blends escolhidos foram Ameno e Mogiana Paulista. *Gelma Franco (Il Barista Café), Isabela do Monte (ABIC), Karina Menegazzo e Camila Arcanjo (ambas do Sindicafé-SP). Entre as marcas, participaram, além da TRES®, Dolce Gusto, Delta, Illy e Nespresso.



USDA estima aumento na produção de café da África

Segundo a primeira estimativa para a safra 2017/2018 do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a produção total de café na Etiópia e na Uganda, que juntos representam mais de 60% da produção da África, alcançará 10,9 milhões de sacas, maior alta de todos os tempos, uma vez que o volume representa um aumento de 175 milhões de sacas ano.

A Uganda será o país com o maior aumento de produção, deverá aumentar em 150 milhões de sacas, chegando a 4,35 milhões de sacas, superando um recorde que não ocorria desde 1996/1997, com autoridades dos EUA creditando o sucesso à campanha do país para replantar árvores produtivas nos últimos cinco anos. Desde 2011/2012, a produção da Uganda aumentou em 37%, refletindo o crescimento em particular na produção de café arábica, que foi favorecida pelo esforço de replantio.

Já a Etiópia, ainda que o governo tente, no âmbito da iniciativa do Plano de Crescimento II, divulgada no ano passado, dobrar a produção de café nos cinco anos até 2019/2020 para cerca de um milhão de toneladas (16,7 milhões de sacas), a produção de café do país está “relativamente estagnada” em 6,52 milhões de sacas, em 2016/2017, aumentando somente em 20 milhões de sacas ao longo de cinco estações.



Rainforest Alliance e UTZ anunciam fusão

Com o propósito de redefinir os padrões de sustentabilidade nas cadeias de abastecimento agrícola, as duas das maiores certificações de café do mundo, a Rainforest Alliance e a UTZ, anunciaram que vão se fundir.

A aliança simplificará o processo de certificação, ajudando mais de 180 mil agricultores de cacau, café e chá, reconhecidos com os selos de ambas as empresas, a atender às crescentes demandas de produtos mais sustentáveis.

O nome Rainforest Alliance será mantido para preservar o reconhecimento entre os consumidores, mas atuará combinando aspectos dos dois selos, ou seja, combinando a ação de desmatamento com a da agricultura sustentável.

O diretor executivo da UTZ, Han de Groot, explicou “O novo padrão combinará o melhor de ambas as organizações e incorporará o melhor do que conhecemos atualmente, além de ajudar os agricultores a serem certificados de forma mais eficiente, já que muitas fazendas são certificadas duplas”.

A Rainforest Alliance manterá sua participação na Rede de Agricultura Sustentável (SAN), uma coalizão de organizações sem fins lucrativos que visa promover a sustentabilidade na agricultura por meio da certificação e padrões.



Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro será lançada na Europa

Durante a World of Coffee, uma das mais importantes feiras voltadas ao café, realizada pela Specialty Coffee Association (SCA), em Budapeste, na Hungria, a Federação dos Cafeicultores do Cerrado foi a primeira Denominação para Cafés do Brasil, a Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro, título consolidado mundo afora por demarcar e proteger o território em torno de uma marca, por meio da rastreabilidade.

Como noticiado pela Revista do Café, a Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro foi conquistada em dezembro de 2013 e no ano seguinte o lançamento ocorreu no Estados Unidos, com o objetivo de gerar percepção para o mercado comprador, posicionando a Região em diversas mídias internacionais.

Para o Superintendente da Federação dos Cafeicultores do Cerrado, Juliano Tarabal, a principal mensagem das ações da instituição na cerimônia é: “café produzido com atitude”, se referindo a uma bebida rastreável e de alta qualidade, características que marcam os 4.500 produtores da Região. “O maior valor do Cerrado Mineiro são os produtores”, conclui.





museu
do
café

Celebração do Dia Nacional do Café

No Dia Nacional do Café, data que simboliza o início da colheita em grande parte das regiões cafeeiras e é celebrada por produtores, cooperativas, exportadores, cafeterias e pelas indústrias, o Museu do Café para comemorar, preparou uma programação que ofereceu harmonização de doces de diversas regiões do Brasil demonstrando o tipo de grão que mais combina com os sabores.

À noite, em grande estilo, no Salão do Pregão, um concerto com Maranata Coral e Orquestra e Camerata Santista. A apresentação contou a participação da soprano Fabíola Cariatti e do Tenor Germano Brissac, que interpretaram obras de compositores nacionais e internacionais como Heitor Villa-Lobos, Jules Massenet e Giuseppe Verdi, que trazem à memória a trajetória do café em Santos e no Brasil.

Fabíola Cariatti, na foto, iniciou seus estudos de canto lírico em meados de 2008, fez parte do concerto de música de câmara realizado no MASP, em homenagem a Chopin em 2010. Em 2012 debutou como Condessa na ópera “As Bodas de Fígaro” de W. A. Mozart, no teatro da UNESP em São Paulo. No mesmo ano, juntou-se aos tenores Germano Brissac e Gustavo Tassi no grupo IN VOCE (trio vocal no estilo classical crossover). Já participou dos concertos “Bravo Pavarotti” com Jorge Durian e Convidados, regidos pelo maestro Renato Misiuk. Atualmente integra o Coro Academia Concerto do regente Altamiro Bernardes (Sorocaba) e é diretora da empresa Maranata Musical Eventos.



Fabíola Cariatti

22^a Festa do Imigrante reúne mais de 50 nações

Realizada pelo Museu da Imigração, a tradicional Festa do Imigrante chega à 22^a edição homenageando a história de mais de 50 nacionalidades e com recorde de público, recebendo cerca de 25mil visitantes, o que confirma a consolidação e sucesso do evento no calendário cultural da capital paulista.

A Festa que tem o objetivo de resgatar a herança das comunidades de imigrantes e descendentes que compõem a identidade de São Paulo, foi realizada nos dias 4, 10 e 11 de junho, nas dependências do Museu da Imigração, local onde funcionava a antiga Hospedaria dos Imigrantes do Brás, com uma vasta programação de gastronomia, artesanato, dança e música, entre outras atividades para toda a família.

CRÉDITOS: JULIANA LUBINI



Memória

A homenagem também assume o papel de propagar a memória de mais de 2,5 milhões de pessoas que chegaram a São Paulo desde o fim do século XIX. Em três dias, a Festa do Imigrante contou com a participação de 44 expositores de alimentação, 32 estandes de artesanato e 45 grupos de dança e música. Por meio das atrações, o público pode entrar em contato com a cultura de várias partes do mundo, em atividades que envolve manifestações artísticas variadas. Entre elas, estão os workshops de dança, com iniciação a diversos ritmos estrangeiros, como polca paraguaia, danças coreanas, russas e gregas. As oficinas de artesanato ensinaram os visitantes a fazer, por exemplo, origamis, marguciai (pintura em ovos típica da Lituânia) e bordado da Madeira.

Diversidade

Um dos destaques da iniciativa é o projeto “Sabor Paulista”, da Rede Globo, que valoriza a diversidade gastronômica de São Paulo e oferece oficinas abertas de culinária, ministradas pelas comunidades de imigrantes. Nessa programação, o preparo de várias receitas típicas foi apresentado para o público, que pode participar gratuitamente.

Para as crianças e adolescentes, a festa teve um ambiente reservado à recreação, com jogos e brincadeiras. Os jovens também puderam aproveitar o espaço “Faz e Conta”, no qual foram oferecidas contações de histórias do mundo, conduzidas pelos grupos “Teatro por um triz”, “Agrupamento teatral” e “Lili Flor & Paulo Pixu”.



CRÉDITOS: JULIANA LUBINI



CRÉDITOS: BÁRBARA ALMEIDA

Multinacional Starbucks vai doar 10 milhões de mudas de café para renovar lavouras no México, Guatemala e El Salvador até 2025

Para estimular a renovação de lavouras de café mais antigas no México e América Central, multinacional Starbucks vai distribuir 10 milhões de mudas de café a cada ano até 2025. A iniciativa visa plantar em torno de 100 milhões de pés de café em substituição aos que têm de 20 a 25 anos e aos que são suscetíveis à ferrugem, doença que tem causado muitos prejuízos à produção dos cafeicultores na região.



A iniciativa faz parte de um projeto intitulado *One Tree for Every Bag* (uma árvore para cada pacote), por meio do qual a multinacional se compromete a doar uma muda para cada pacote de café vendido nas lojas participantes. O primeiro lote, com 10 milhões de mudas, começou a ser distribuído em meados de 2016. As mudas estão sendo produzidas em viveiros no México, Guatemala e El Salvador.



Coocafé recebe Certificação em Responsabilidade Social

A Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Lajinha (Coocafé/MG) conquistou a certificação em Responsabilidade Social, importante passo rumo à sustentabilidade. Embora a Coocafé tenha sempre desenvolvido trabalhos de responsabilidade social, foi necessário um período de preparação interna para que todos os requisitos da ABNT NBR 16001 fossem atendidos.

A certificação começou a ser pensada em âmbitos internacionais em 2001, quando a *International Organization for Standardization* (ISO) iniciou a elaboração de uma norma referente ao tema Responsabilidade Social com conteúdo abrangente e com os seguintes temas centrais: governança organizacional; direitos humanos; meio ambiente; práticas leais de operação; questões relativas ao consumidor; envolvimento e desenvolvimento da comunidade.

Segundo o diretor presidente da Coocafé, Fernando Cerqueira, desse certificado comprova que estamos no caminho certo, pre-desafios e para as exigências de mercado”.

Para desenvolver o projeto, a cooperativa contou com o apoio Organização das Cooperativas dos Estados de Minas Gerais Espírito Santo (OCB/ES).

“O recebimento parados para os

do Sindicato e (Ocemg) e do





INCI designa nova diretora executiva

O Conselho de Administração do INCI, em reunião realizada no último dia 09, designou para assumir a diretoria executiva do INCI Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração, Alessandra Rodrigues de Almeida, que juntamente com Thiago da Silva Santos, diretor administrativo/financeiro da instituição, estarão à frente da gestão dos equipamentos culturais – Museu do Café e Museu da Imigração.

Alessandra Almeida, formada em direito com especialização em direito processual civil e em administração, atua na entidade desde 2005. Foi responsável pelo processo de qualificação da Organização Social e exercia a função de gerente de controladoria geral. Paralelamente, ocupava o cargo gerente jurídica e controller do CECAFÉ Conselho dos Exportadores de Café do Brasil, função que abdica para se dedicar exclusivamente à diretoria executiva do INCI.



Alessandra Rodrigues de Almeida

Sacos de papel Klabin

Inovação e tecnologia para embalar café verde.

A embalagem para café especial produzida pela Klabin permite maior proteção do produto embalado, promovendo um salto qualitativo na conservação dos grãos, além de grande economia do transporte à armazenagem.

MAIS BENEFÍCIOS PARA SEU PRODUTO

Manutenção das características dos grãos (aroma, sabor e qualidade).

Permite maior tempo de armazenamento, sem perda de valor.

Melhor aproveitamento do espaço em armazéns e transporte.

Feita a partir de fontes renováveis e 100% recicláveis.

Embalagem hermética, com alta barreira e proteção contra a luz.

Alta qualidade de impressão em até 8 cores com tinta à base de água.

A Klabin é a maior produtora e exportadora de papéis para embalagens do Brasil, única companhia do país a oferecer ao mercado uma solução em celuloses de fibra curta, fibra longa e fluff, e líder nos mercados de embalagens de papelão ondulado e sacos industriais. Fundada em 1899, possui 17 unidades industriais no Brasil e uma na Argentina.

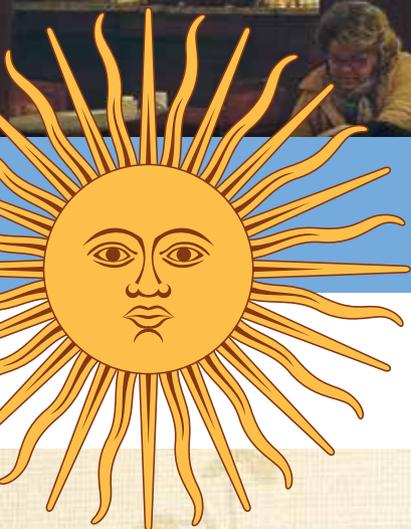
Para mais informações, entre em contato com:
Marciel Longo - Departamento Comercial: + 55 11 3046-5810 | + 55 11 98278-1431 | mlongo@klabin.com.br

klabin.com.br • [instagram.com/klabin_](https://www.instagram.com/klabin_) • [linkedin.com/company/klabin](https://www.linkedin.com/company/klabin)





Interior da Cafeteria



Série *As 10 mais belas Cafeterias do mundo*

Café Tortoni - Parque Palermo / Buenos Aires - Argentina

Café tortoni – Inaugurado em 1858, só em 1880 foi trasladado para seu lugar atual, mas a entrada era pela avenida Rivadavia . Foi a partir de 1898 que teve sua entrada principal pela avenida de Maio.

O Tortoni foi referência para ser alguém na Cultura argentina do século XX. Jorge Luis Borges e Carlos Gardel, nomes grandes que a Argentina deu ao mundo, eram frequentadores assíduos. Dizia-se que Borges e seus companheiros eram pobres e gastavam pouco, mas davam notoriedade à casa. Alfonsina Storni, Arthur Rubinsteins, José Ortega, foram algumas das personalidades ligadas à fama do Café Tortoni. Hoje, além de uma notável biblioteca, a casa oferece lugar para ler, apreciar pintura, ouvir música, dançar, jantar, ver espetáculos, conversar, jogar snooker, escutar poesia...



Fachada da Cafeteria



INCI

Instituto de Preservação e Difusão
do Histórico do Café e da Imigração

**FAÇA PARTE DO NOSSO
NÚCLEO DE PARCEIROS
E AJUDE A PRESERVAR
A HISTÓRIA DO PAÍS.**

Entre em contato para conhecer os
benefícios do programa de apoiadores
e **associe sua marca**
ao Museu do Café e ao Museu da
Imigração do Estado de São Paulo.



museudaimigracao.org.br

museudocafe.org.br

mi
museu da imigração
do estado de são paulo

m
museu
café

**GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO**
Secretaria da Cultura



A natureza é incontestável

A tradição de uma empresa também.



UNICAFÉ

COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Matriz/Head Office

Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675
Conj. 500 - Enseada do Suá - Vitória-ES
CEP: 29058-900 • Tel: (55) 27 2123-5858

Escritório / Branch - Rio de Janeiro-RJ

Rua São Bento, 8 - 19º andar - Centro
CEP: 20090-010 • Tel: (55) 21 2159-8989
e-mail unicafe@unicafe.com.br

Escritório / Branch - Santos - SP

Rua do Comércio, 41 - Centro
CEP: 11010-141
Tel: (55) 13 2102-8787

Londrina-PR



Vitória da Conquista-BA



Varginha-MG



Manhumirim-MG